

**“Sinto que estou a viver a autenticidade do meu ser”:
Trajetórias de desenvolvimento da identidade de
género de jovens trans**

MARTA FILIPA DUARTE CONCEIÇÃO

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO ALEXANDRE COSTA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO ALEXANDRE COSTA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Pedro Alexandre Costa, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Pedro Alexandre Costa, por tudo o que me ensinou. Pela disponibilidade e dedicação e por me incentivar sempre a fazer mais e melhor. Por me orientar nesta jornada e por me apresentar o mundo da investigação.

À minha mãe e ao meu pai, por me darem asas. Pelo apoio incondicional, que me trouxe a este momento, pela confiança nas minhas escolhas e pela abertura à transformação. À Laura, companheira de todas as horas, por trazer gargalhadas a este processo e por ter ouvido estas palavras vezes sem conta. Ao Archie, que foi a companhia diária ao longo dos últimos meses.

Ao Miguel, por ser infinito. Por estar comigo lado a lado e por conter tudo o que sinto e penso. Pela presença, confiança e motivação constantes. Pela proximidade à distância, por me trazer para o aqui e agora e por me lembrar que são naturais as dores de crescimento.

À querida Sofia e ao mistério benigno que é a nossa amizade. Pela evolução e crescimento conjunto, pelas histórias que temos para contar e pelo nosso acordo enquanto futuras investigadoras.

Ao meu amigo Miguel, que contribuiu para que este estudo chegasse mais longe. Pelas ideias e pensamentos, por ser fonte de inspiração e por se deixar inspirar por mim.

À Dra. Zélia Figueiredo, por me ter recebido no seu consultório e por me mostrar a desconstrução da clínica patologizante. À Dra. Inês Pessoa e Costa, pelo interesse no meu trabalho e pela sua partilha. A todas as associações e grupos que se mostraram disponíveis para colaborar neste estudo.

Aos e às participantes que colaboraram neste estudo, pela partilha e confiança. Pela disponibilidade e por me darem o privilégio de conhecer as suas histórias, às quais espero fazer justiça.

A todas as pessoas com quem me cruzei e às palavras amigas e de apoio.

Ao ISPA, pela metamorfose contínua e por me induzir num estado permanente de aprendizagem.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo explorar as trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans portugueses/as e os processos subjacentes às mesmas. Para tal, foram realizadas entrevistas a onze jovens trans com idades compreendidas entre os 16 e 26 anos de idade. Estes/as foram recrutados/as por via de grupos informais *online* destinados a pessoas trans, associações de apoio a pessoas LGBTI+ e através de consultas de psicologia e sexologia, em contexto clínico. Entre as pessoas participantes, três identificavam-se com o género feminino, uma com género não binário e sete com o género masculino. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e online, através da plataforma Zoom, e analisadas segundo o método de análise temática. Através desta análise foram identificados sete temas que se associaram a marcos desenvolvimentais: “Eu, desde pequenina, sabia que era diferente”, que se refere ao sentimento de diferença sentido desde a infância; “Eu quando ia tomar banho chorava”, que reporta o desconforto corporal; “É o que sempre fui mas nunca percebi”, que reflete a descoberta das identidades trans; “Eu não aguento mais, eu preciso de lhes dizer”, que remete para a revelação da identidade de género; “Percebi que tinha apoio e que não estava sozinho”, que espelha o apoio percebido; “Sinto que estou a viver a autenticidade do meu ser”, que remete para a vivência autêntica da identidade de género; “O pior seria as pessoas da minha turma. O melhor é que não são todas assim”, que demonstra as experiências ambivalentes no contexto escolar. Associados a estes temas, foram também identificados onze subtemas. Com recurso à teoria de curso de vida, foram identificados momentos de transição e pontos de viragem, assim com a influência de fatores sociais como o tempo e local histórico. Estas trajetórias foram caracterizadas por fluidez e flexibilidade, sendo demonstrado que vários processos identificados poderiam ocorrer em simultâneo. Assim, este estudo constituiu-se como um passo para uma melhor compreensão do desenvolvimento da identidade de género de jovens trans no contexto português, onde o seu estudo é ainda emergente.

Palavras-chave: Juventude trans, trajetórias de desenvolvimento; teoria de curso de vida.

Abstract

The present study aimed to explore Portuguese trans youth's trajectories of identity development and the processes associated with these trajectories. Accordingly, eleven interviews were conducted amongst trans young people aged between 16 and 26 years old. The participants were recruited through informal online groups composed of trans people, LGBTI associations and through psychology and sexology consultations, in the clinical context. Of all participants, seven identified themselves as male, one as non-binary and three as female. The interviews were conducted in person and online, via Zoom, and analysed using the thematic analysis method. Through this analysis, seven themes were identified and linked to developmental milestones: "I knew, since I was a child, that I was different", that reports a feeling of difference since childhood; "If I were to take a bath, I would cry", that addresses the body discomfort; "It's what I've always been but never realised", that reflects the discovery of trans identities; "I can't take it anymore, I have to tell them" that describes the revelation of gender identity; "I realised I had support and I wasn't alone", that states the perceived support; "I feel like I'm living my authentic self", that reports the authentic living of gender identity; "The worst would be the people in my class. The best was that not all of them were like that", that shows the ambivalence of experiences within the school context. Linked to these themes, eleven subthemes were identified as well. Based on the life course theory, moments of transition and turning points were identified, as well as social influences such as historical time and place. These trajectories were characterized by fluidity and flexibility, showing that multiple processes might happen simultaneously. Thus, this study contributed to a better understanding of trans youth's gender identity developmental trajectory in the Portuguese context, where the study on this topic is still emergent.

Keywords: Trans youth, developmental trajectory, life course theory.

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	4
Estudo das Identidades Trans	4
Categorização de Perfis	4
Modelos de Estádios.....	5
Perspetivas Narrativas e a Teoria de Curso de Vida	6
Principais Processos Associados ao Desenvolvimento de Identidades Trans	8
Desconforto Relativo ao Género Atribuído à Nascimento.....	8
Descoberta das Identidades Trans e Atribuição de Significados.....	10
Questionamento e Exploração da Identidade de Género.....	10
Transições	11
Revelação da Identidade de Género	12
Recurso a Grupos LGB(T)I+.....	14
Redescobrir o Espaço Social	15
Vivências Escolares.....	15
Presente Estudo	16
Método	17
Desenho do Estudo.....	17
Participantes	17
Instrumentos	19
Procedimentos	20
Plano de Análise.....	21
Resultados	22
Discussão.....	51
Limitações	61
Estudos Futuros	61
Conclusão	62
Referências	64
Anexos.....	75

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa temático das trajetórias de desenvolvimento de identidade de género dos/as participantes
Figura 2	Linha de vida de Luís
Figura 3	Linha de vida de Miguel
Figura 4	Linha de vida de António
Figura 5	Linha de vida de Tiago
Figura 6	Linha de vida de João
Figura 7	Excerto da linha de vida de Daniella

Lista de Tabelas

Tabela 1	Características dos/as participantes
----------	--------------------------------------

Lista de Anexos

Anexo 1	Parecer emitido pela Comissão de Ética do ISPA – Instituto Universitário
Anexo 2	Consentimento informado
Anexo 3	Desenho da linha de vida
Anexo 4	Carta de esclarecimento pós-investigação

Introdução

O género é um construto importante que define grande parte das interações sociais. Por este motivo, a atribuição do género constitui, geralmente, o primeiro procedimento após o nascimento (Moleiro & Pinto, 2015). O género consiste numa dimensão do self que engloba atitudes, sentimentos e comportamentos, formando-se, desde cedo, um conjunto de expectativas para os papéis que cada pessoa desempenha, de acordo com uma determinada cultura e período histórico (Turban & Ehrensaft, 2017). A identidade de género consiste na perceção intrínseca e identificação pessoal sobre o género, que pode ou não corresponder ao que foi atribuído à nascença (Turban & Ehrensaft, 2017). Esta dimensão relaciona-se com a expressão de género, que se trata da manifestação interna e externa da identidade de género (Turban & Ehrensaft, 2017). No caso onde a identidade de género da pessoa corresponde ao que lhe foi atribuído à nascença, diz-se que é “cisgénero” ou simplesmente “cis” (Turban & Ehrensaft, 2017). Por outro lado, uma pessoa trans é alguém cuja autoidentificação e/ou expressão de género não corresponde ao que lhe foi atribuído, podendo identificar-se com o modelo binário do género (e.g., homem/homem trans e mulher/mulher trans) ou não binário (e.g., *genderqueer*, *genderfluid*) (Green, 2004; Grossman & D’Augelli, 2007; Olson et al., 2011; Hilário, 2019; Hines & Santos, 2017; James et al., 2016). Neste sentido, a designação “trans” demarca-se como um termo guarda-chuva que abarca uma diversidade de autoidentificações, incluindo, por exemplo, pessoas transgénero (identificam-se com outro género que não o que lhes foi atribuído e não procuram realizar intervenções médico-cirúrgicas), transsexuais (identificam-se com outro género e procuram realizar este tipo de intervenções), *cross-dressers* (mostram preferência por vestuário tipicamente associado a outro género) e outros (Grossman et al., 2011; Grossman & D’Augelli, 2006; Hines, 2007; Teich, 2012).

Importa salientar as particularidades respeitantes à situação social e de saúde mental desta população. Uma vez que se encontram integradas na população LGBTI+ (lésbica, gay, bissexual, trans, intersexo e mais), as pessoas trans são confrontadas, também em Portugal, com obstáculos comuns a outras minorias sexuais e de género, nomeadamente estigma, discriminação, assédio e violência, descritas frequentemente

Nesta dissertação optou-se, sempre que possível, pelo uso da linguagem inclusiva, que introduz uma terceira flexão neutra, para além da masculina e feminina. Para tal, recorreu-se ao Guia Prático Para um Português Inclusivo, concebido e revisto por Violeta Marques e compilado por Daniel Fernandes, com o contributo do grupo QueerIST. Esta escolha teve em consideração a população sobre a qual o estudo incidiu e a diversidade de identidades de género abrangidas.

durante a idade adolescente (Bayrakdar & King, 2021; Carrera-Fernández et al., 2020; Grossman et al., 2011; Korell & Lorah, 2007; McGuire et al., 2010; Nuttbrock et al., 2010). Um outro obstáculo a valorizar são as microagressões, que constituem formas subtis de discriminação, intencionais ou não, e que podem ser verbais, comportamentais ou ambientais. Entre estas microagressões destacam-se, em relação à população trans, a expectativa de conformismo ao género de atribuição, negação de vivências de discriminação e *misgender*, que consiste no uso de linguagem, como nomes ou pronomes, que não corresponde ao género de identificação da pessoa (Chang & Chang, 2015). Também à semelhança da restante população LGBTI+, as pessoas trans apresentam um maior risco de comprometimento da saúde mental, sendo de destacar que, comparando pessoas LGB e trans, estas últimas apresentam taxas mais elevadas de sintomas psicopatológicos, em particular ideação suicida (Dhejne et al., 2016; Russel & Fish, 2016). Segundo o Modelo de Stress Minoritário de Género (Hendricks & Testa, 2012), que se baseou no Modelo de Stress Minoritário aplicado a pessoas LGB (Meyer, 2003), este comprometimento da saúde mental é explicado como resultante do estigma de que esta população é alvo. Assim, o Modelo de Stress Minoritário propôs três processos associados à exposição ao estigma e, apesar do modelo original ser direcionado a pessoas LGB, Hendricks e Testa (2012) fizeram o paralelismo para a população trans, no seu Modelo de Stress Minoritário de Género. O primeiro processo prende-se com os eventos externos e observáveis de discriminação que ocorrem na vida das pessoas devido à sua condição minoritária, que leva ao surgimento de fatores de stress. O segundo processo associa-se à antecipação e expectativa de que estes eventos externos irão acontecer e à vigilância, por vezes hipervigilância, que é mantida pelos/as/es próprios/as/es, devido a esta expectativa. Decorrente desta vigilância, por vezes, as pessoas passam a esconder a sua identidade, de forma a proteger-se de possíveis perigos. O terceiro processo tem a ver com a internalização de atitudes sociais negativas e pejorativas, resultando, para a população trans, em transfobia internalizada (Hendricks & Testa, 2012). Embora este último processo não seja diretamente observável, é potencialmente o mais nocivo, uma vez que pode interferir com a capacidade dos indivíduos em lidar com eventos externos causadores de stress e, em última análise, reduzir a resiliência face a eventos negativos (Hendricks & Testa, 2012; Meyer, 2003).

Por fim, importa ainda situar as identidades trans no contexto português. Embora pautado por valores cis-heteronormativos, Portugal é dos países mais progressistas no que toca ao ativismo e concretização legal relativamente aos direitos das pessoas trans

(Hilário, 2019; Hines & Santos, 2017; Santos, 2012). Um dos marcos importantes neste sentido foi a legalização das cirurgias de redesignação sexual/afirmação de género que, consideradas antiéticas até 1995, passaram a ser possíveis para pessoas com diagnóstico de transsexualidade e, atualmente, disforia de género (Hines & Santos, 2017; Marques et al., 2012). Outro marco importante foi a Lei da Identidade de Género (Lei n.º 7/2011), que passou a permitir a alteração dos marcadores sexuais em documentos legais, sem necessidade de qualquer alteração corporal, como requerido até aí. Deste modo, a lei passou a abranger outras identidades trans, além das transsexuais, tendo sido reconhecida pela maior parte da população trans como um avanço significativo (Pinto & Moleiro, 2020). Por fim, destaca-se a Lei da Autodeterminação da Identidade de Género e Expressão de Género (Lei n.º 38/2018), que permitiu o reconhecimento legal do género baseado na autodeterminação, sem que seja requerido um diagnóstico de disforia de género. Esta lei estipulou ainda que, no contexto de ensino, devem ser adotadas medidas que promovam o exercício do direito à autodeterminação de identidade e expressão de género.

No que toca a investigação sobre pessoas trans, esta tem sido emergente a nível internacional e nacional, contudo, existe ainda necessidade de aprofundamento (Olson-Kennedy et al., 2016; Turban & Ehrensaft, 2017). Moleiro et al. (2022) mapearam os estudos incidentes sobre a população trans em Portugal, entre 1990 e 2020, tendo encontrado vários temas emergentes, em particular na área das ciências sociais, mas também nas ciências médicas: identidades e trajetórias de género, terapias de confirmação de género, psicopatologia e sistemas de classificação, estigma e discriminação, enquadramento social e legal e comportamentos de risco associados a HIV e doenças sexualmente transmissíveis. Em relação às identidades e suas trajetórias, foram identificados treze estudos, dos quais se destacaram dois, um pela incidência em jovens trans e outro pela perspetiva desenvolvimentalista. O primeiro, de Hilário e Marques (2019) procurou compreender de que forma os/as jovens trans definiam as suas identidades e legitimavam os seus corpos no dia-a-dia. O segundo, da autoria de Pinto e Moleiro (2015), procurou compreender as trajetórias de desenvolvimento de pessoas transsexuais. Apesar da investigação emergente, as vivências da juventude trans continuam sub-representadas, sendo também raros os estudos que contemplam a interseção de influências sociais numa perspetiva de curso de vida (Hines & Santos, 2017; Moleiro et al., 2022). A pertinência de estudos sobre a juventude trans é ainda reforçada pelas alterações sociais registadas no contexto português, assim como pelo crescente

número de jovens a assumir-se publicamente como trans (ILGA Portugal, 2020). Assim, o presente estudo propôs-se a responder à questão de investigação “como se caracterizam as trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans?”.

Enquadramento Teórico

Estudo das Identidades Trans

O estudo sobre as identidades trans iniciou-se com o objetivo de responder a um sentimento comum à maior parte desta população, relativo ao desconforto resultante da incongruência entre o género de identificação e o atribuído à nascença (Bockting, 2009). Uma vez que estas identidades eram percebidas como resultantes de perturbações mentais, a abordagem dos/as/es profissionais de saúde passava por tentar aliviar o desconforto sentido quanto ao género atribuído, através do reforço do conformismo com o mesmo (Bockting, 2009). No fim da década de 1980 e início de 1990, deu-se uma mudança neste paradigma, à medida que mais pessoas trans afirmavam a sua identidade sem recorrer a alterações corporais e, por vezes, sem se identificarem com o modelo binário (Bockting, 2009). Deu-se, assim, uma passagem de uma perspetiva patologizante, cujas reminiscências todavia ainda se fazem sentir, para uma visão maioritariamente baseada na identidade e saúde trans, enfatizando o estigma social, em vez do desconforto experienciado, como causa principal do sofrimento desta população (Bockting, 2009).

Categorização de Perfis

Numa fase inicial, vários estudos procuraram compreender o desenvolvimento de identidades trans através da categorização de perfis (Cohen-Kettenis & Klink, 2015; Medico et al., 2020; Steensma et al., 2011; Steensma & Cohen-Kettenis, 2015). Este tipo de modelo tinha como objetivo prever a trajetória de desenvolvimento da identidade de género de crianças e adolescentes com diagnóstico de “Perturbação da Identidade de Género” (APA [American Psychiatric Association], 1994), reformulado, mais tarde, como “Disforia de Género” (APA, 2013). Assim, embora existam algumas variações, as crianças e adolescentes eram categorizadas como persistentes ou desistentes. A primeira classificação atribuíra-se a pessoas que, ao longo do seu desenvolvimento, continuavam a corresponder aos critérios diagnósticos vigentes e a segunda era aplicada a quem, a determinado ponto, deixasse de os cumprir.

Perante este tipo de estudos orientados por uma lógica de categorização, Temple Newhook et al. (2018) reconheceram os seus contributos, dando-lhes o crédito de iniciarem um período de investigação qualitativa incidente sobre crianças e adolescentes trans e de género não conforme e identificarem fatores relevantes, para além das transições médico-cirúrgicas. Contudo, apontaram também algumas críticas. Numa vertente metodológica, salientaram a imprecisão na definição de identidades trans; a falta de consideração pelo contexto social dos/as/es participantes e a atribuição da classificação de “desistente” a quem não se disponibilizou para participar no *follow-up*. Na dimensão teórica, destacaram o uso da terminologia “desistente” ou “persistente” como reflexo de um pressuposto de que as identidades de género são imutáveis. Além disso, consideraram que esta ótica validava as identidades trans apenas se fossem estáticas ao longo do curso de vida e se a sua manifestação tivesse início na infância, o que nem sempre sucede. Neste sentido, Temple Newhook et al. (2018) defenderam ainda que, de modo a alcançar um maior entendimento sobre o género e as suas complexidades, seria importante a priorização da autonomia e agência dos sujeitos e a demarcação deste tipo de abordagens que, numa ótica ainda patologizante, regida por critérios diagnósticos e valores cis-normativos, pretendiam identificar e prever o futuro das crianças.

Modelos de Estádios

Além da abordagem de categorização de perfis, existem também os modelos de estádios. Estes começaram por ser aplicados ao estudo do desenvolvimento de orientações sexuais minoritárias, de onde se destaca o modelo de Cass (1979). Este tipo de modelo estendeu-se às identidades trans, que, embora apresentem mais ou menos fases, com nomes mais semelhantes ou distintos, acabaram por refletir, de modo geral, processos de exploração, afirmação e integração da identidade trans (Devor, 2004; Gagné et al., 1997; Lev, 2004; Pollock & Eyre, 2012). No contexto português, com recurso a uma amostra de pessoas transsexuais, Pinto e Moleiro (2015) descreveram cinco estádios de desenvolvimento: 1) confusão e crescente sentimento de diferença; 2) encontrar uma explanação e um nome: exploração da identidade; 3) decidir o que fazer e quando: exploração de opções; 4) abraçar a identidade de género: desempenhar uma nova identidade social e passar por modificações corporais; 5) consolidação da identidade e invisibilidade. Além disso, identificaram também várias condições internas e externas,

estratégias de ação e interação e consequências psicossociais com as quais os sujeitos se depararam em cada fase (Pinto & Moleiro, 2015).

Embora esta abordagem tenha oferecido novos conhecimentos, destacando as influências pessoais e interpessoais, há muito que os modelos de estádios são alvo de críticas. Alguns/as autores/as argumentaram que esta perspectiva preconizava a noção de que a identidade de género se desenvolveria de modo linear e progressivo, o que resultaria numa perspectiva única do desenvolvimento identitário, sem contemplar a possibilidade de diferentes trajetórias que teriam como ponto de partida diferentes posições (Kenneady & Oswalt, 2014). Além disso, consideraram que nem todas as pessoas trans percorreram todos os estádios previstos ou, a percorrerem-nos, poderiam não o fazer pela ordem sequencial prevista, podendo regredir ou encontrar-se em várias fases em simultâneo (Horowitz & Newcomb, 2002).

Perspetivas Narrativas e a Teoria de Curso de Vida

No seguimento das críticas apontadas aos modelos de estádios, começaram a surgir investigações baseadas em perspetivas narrativas (Kuper et al., 2018). Estas foram conceptualizadas como quadros de referência pessoais, que têm em conta o passado, presente e futuro. Debruçam-se sobre os processos de desenvolvimento e consideram o contexto social e histórico onde a pessoa se insere, destacando a importância dos significados subjetivos e partilhados, assim como a sua evolução social (Cohler & Hammack, 2007).

No âmbito desta perspetiva, destaca-se a teoria de curso de vida (Elder, 1998). Esta defendeu que os indivíduos elaboram os seus próprios cursos e trajetórias de vida, ainda que possam ser influenciados/as/es pelo contexto onde se inserem. Esta abordagem definiu o curso de vida como uma sequência de eventos e papéis sociais com os quais as pessoas se vão deparando ao longo da vida. Destacam-se, nesta teoria, alguns termos centrais: trajetórias, transições e pontos de viragem. O primeiro prende-se com o processo de desenvolvimento e as suas sucessões de mudanças. O segundo associa-se a experiências que podem ser consideradas como bases das trajetórias de vida, uma vez que fornecem pistas que despoletam mudanças desenvolvimentais. O terceiro relaciona-se com mudanças substanciais na trajetória da pessoa. Assim, o curso de vida seria perspectivado à luz da importância do tempo, contextos, processos e significados sobre o desenvolvimento humano e sobre os sistemas que o influenciam, como é exemplo a

família. A par disto, esta teoria alicerça-se sobre quatro princípios fundamentais: 1) tempo e local histórico, no sentido em que estes moldam a experiência e o curso de vida; 2) *timing*, na medida em que o impacto desenvolvimental da sucessão de transições ou eventos é contingente com o tempo em que ocorrem; 3) vidas vinculadas, no sentido em que a vida do indivíduo é experienciada de forma interdependente, com influências sociais e históricas que são expressas pela rede de relações partilhadas; 4) agência humana, isto é, são os indivíduos que constroem o seu próprio caminho, através de escolhas e ações que realizam no contexto das oportunidades e constrangimentos de um determinado momento histórico e social (Elder, 1998).

Através deste tipo de análise, foi possível perceber de que forma as narrativas trans têm evoluído, sendo que no fim da década de 1990 e início de 2000, estas, influenciadas pela medicalização dos processos e transições, sedimentavam-se na ideia de “corpo errado” (Ekins & King, 2006). Desde então, começaram a emergir narrativas alternativas que passaram de “ter nascido no corpo errado” para “ter nascido na sociedade errada” (Merlini, 2019). Além disso, encontraram-se também narrativas que dão conta de temas como orgulho, visibilidade e diversidade de género (Doan, 2007; Moon, 2018; Pearce et al., 2018). Um dos motivos apontados para esta evolução prendeu-se com o desenvolvimento das tecnologias, em particular a *internet*, que tornou possível a criação de comunidades trans geograficamente dispersas e diversas. Além disso, possibilitou também algum anonimato e sentimento de segurança, sendo, por isso, um dos principais meios de partilha para pessoas trans (Cannon et al., 2017; Haimson et al., 2021; Moon, 2018). A par disso, a viragem do milénio trouxe também um maior foco nos direitos humanos, equidade e autodeterminação (Hines & Santos, 2017). Tornando-se claro que a compreensão do género, as histórias e vivências são contextualizadas consoante os posicionamentos sociais e individuais, no tempo e espaço, denotou-se que, em contraste com gerações mais antigas, os/as/es jovens trans têm hoje mais facilidade em aceder a espaços e recursos que lhes possibilita, cada vez mais cedo, uma melhor compreensão da sua experiência identitária (Darwin, 2017; de Vries, 2012; Doan, 2007; Hines, 2007). No contexto português, em concreto, percebeu-se que esta população encontra-se, atualmente, num momento único que possibilita uma maior exploração, abrangida pelas leis anteriormente mencionadas, não existindo, contudo, muitas investigações que tenham em conta este contexto social (Hilário & Marques, 2019).

Uma vez que a teoria de curso de vida procura compreender as vivências pessoais, tendo em conta a interdependência entre estas e as influências sociais, permite uma

compreensão mais completa e abrangente das trajetórias de desenvolvimento da identidade de jovens trans, pelo que será este o modelo que orientará teoricamente o presente estudo.

Principais Processos Associados ao Desenvolvimento de Identidades Trans

Atualmente, denota-se um crescente foco não em perfis ou estádios, mas sim em processos intra e interpessoais (Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). Assim, através de uma revisão da literatura, foram identificados alguns processos relevantes associados ao desenvolvimento de identidades trans, incluindo a população jovem. Entre estes processos, incluíram-se alguns *milestones* (marcos) desenvolvimentais. Embora o estudo e conceptualização de marcos desenvolvimentais se encontre consolidado no que toca a orientações sexuais minoritárias, o mesmo não acontece em relação às trajetórias de desenvolvimento de identidade de género. Contudo, tendo em conta os marcos estabelecidos para orientações sexuais minoritárias – sentimento de diferença em relação aos pares, atração pelo mesmo género, questionamento da sexualidade, primeira experiência sexual, autoidentificação, divulgação a outros/as/es, primeira relação romântica e autoaceitação – também alguns destes são partilhados pelas pessoas trans (Savin-Williams & Cohen, 2015). Em particular, vários/as modelos que procuraram estudar o desenvolvimento de identidades trans identificaram três marcos comuns: sentimento de diferença, autoidentificação e vivência trans. O último marco implica geralmente a revelação da identidade de género em vários contextos, o desejo de ser percebido/a/e de acordo com o género de identificação e a mobilização de esforços para tal (Devor, 2004; Pollock & Eyre, 2012).

Deste modo, os processos identificados como relevantes para o desenvolvimento das identidades trans incluíram: desconforto relativo ao género atribuído à nascença; descoberta de identidades trans e atribuição de significados; questionamento e exploração da identidade de género; transições; revelação da identidade de género; recurso a grupos destinados à população LGBTI+ ou exclusivamente trans; redescoberta do espaço social; vivências escolares.

Desconforto Relativo ao Género Atribuído à Nascença

O género assume um papel social de extrema relevância, pelo que pode ser difícil considerar alguns dos processos como puramente pessoais (Kuper et al., 2018). Ainda

assim, considerou-se que um deles, embora sofra influências sociais, inicia-se num nível intrapessoal: o desconforto decorrente da discordância entre a identidade de género e o género atribuído à nascença e respetivos marcadores sexuais físicos (Sansfaçon et al., 2020).

Este desconforto pareceu surgir em várias idades, sendo mais comum iniciar-se na infância, traduzido por um sentimento de diferença, embora possa não ser identificado como tal na altura (Grossman et al., 2011; Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). Neste sentido, importa ter presente que as crianças desenvolvem consciência sobre o género e respetivos papéis em idades precoces, sendo que, embora possa variar culturalmente, aos 8 meses de idade mostram já alguma capacidade de categorização em função do género, aos 2 anos nomeiam espontaneamente o seu género e pelos 3/4 anos associam diferentes comportamentos e atributos a homens e mulheres (Martin et al., 2002; Tenebaum et al., 2010; Zosuls et al., 2009). Assim, por terem esta consciência, foram encontrados registos de crianças que começaram a dar sinais de uma identidade trans, tendo sido frequente a preferência por brincadeiras tipicamente associadas a outro género e, do mesmo modo, por pares do género de identificação (Fridell et al., 2006). Adicionalmente, foi comum a preferência por vestuário associado a outro género ou até mesmo a verbalização do desejo de pertencer a outro género (Boskey, 2014). É de salientar que este sentimento de diferença nem sempre teve uma conotação negativa, contudo, passou a ter quando começou a ser alvo de reprovação de agentes de socialização (Saleiro, 2017).

Embora este desconforto possa iniciar-se na infância, verificou-se que pode também emergir na puberdade. Além do desenvolvimento corporal, o desconforto nesta idade pode ser despoletado ou intensificado pela etapa de vida onde os/as/es adolescentes se encontram, uma vez que o tratamento por parte dos/as/es outros/as/es vai-se tornando mais explicitamente guiado pelo género percebido, marcando também o início de relacionamentos amorosos e sexuais, onde o género e o corpo desempenham papéis importantes (Steensma et al., 2011). Foi ainda registado que o início da puberdade e adolescência marca alguns dos momentos mais importante no desenvolvimento da identidade, sendo nesta fase que, decorrente do sentimento de desconforto e impulso para a exploração, vários/as/es jovens percebem que a sua identidade ou expressão de género não é concordante com aquela que lhes foi atribuída (Grossman & D'Augelli, 2006).

Descoberta das Identidades Trans e Atribuição de Significados

A procura e atribuição de significados foi identificada como um processo crucial no desenvolvimento das identidades trans (Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). Este foi frequentemente proporcionado por reflexões e questionamentos, acabando por levar os/as/es jovens a descobrir as identidades trans, seja através de uma pesquisa ativa ou não (Kuper et al., 2018). Esta descoberta foi geralmente possibilitada pelos *media*, *internet* ou pelo contacto com outras pessoas trans, sendo que, de modo a saber mais, alguns/algumas contactaram também associações ou grupos LGBTI+, assim como psicólogos/as/es e outros/as/es profissionais de saúde mental (Cavalcante, 2016; Marques, 2019; Pinto & Moleiro, 2015). Esta descoberta pareceu ser facilitada às gerações mais novas, devido ao mais fácil acesso a tecnologias de informação (Cavalcante, 2016; Marques, 2019). Foi assinalada como um ponto de viragem que conferiu sentido à vivência pessoal, após algum tempo de confusão, iniciando, assim, o período onde várias pessoas começaram a questionar-se e a pensar em si próprias como trans (Devor, 2004; Hines, 2007; Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). Apesar de ter conferido sentido e alívio, é de salientar que, por vezes, foi também acompanhada por alguma inquietação, em casos onde os/as/es jovens descobriram o estigma de que a população trans era alvo (Devor, 2004; Pinto & Moleiro, 2015; Sansfaçon et al., 2020).

Questionamento e Exploração da Identidade de Género

No seguimento do desconforto sentido e da descoberta de identidades trans, reportou-se que algumas pessoas iniciaram um processo de questionamento. De acordo com o estudo de Pinto e Moleiro (2015), com recurso a um grupo de participantes composto por pessoas transsexuais, face à falta de informação sobre estas identidades, foi comum os indivíduos questionarem a sua identidade sexual, considerando a hipótese de serem homossexuais antes de considerarem e questionarem a sua identidade de género. Contudo, após a revelação da suposta ou efetiva orientação sexual, sentiram que esta falhou em dar uma explanação satisfatória para as suas vivências, o que as impulsionou a questionar, posteriormente, a sua identidade de género (Pinto & Moleiro, 2015).

A par do questionamento, foi frequente o início de uma exploração e experimentação do género de identificação (Kuper et al., 2018). Esta experimentação parece ter sido iniciada, geralmente, junto de pessoas próximas e de confiança, podendo envolver o uso de outro nome e pronome(s), e novas formas de vestuário, maquilhagem ou acessórios

(Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). Assim, os indivíduos foram adotando, gradualmente, uma expressão que ia de encontro à sua autoidentificação (Kuper et al., 2018). Por outro lado, para algumas pessoas, esta exploração deu-se na esfera privada, numa tentativa de autoproteção em relação a eventuais reações negativas. Não obstante, em particular no contexto doméstico e familiar, alguns/algumas foram alvo de rejeição, percebendo rapidamente que a sua vivência de género não era aceitável, o que levou à inibição da sua identidade e exploração (Marques, 2019). A par disso, a rejeição resultou também em experiências de invisibilidade e em tentativas de conformismo em relação ao género de atribuição (Saleiro, 2017).

Transições

Outro processo importante passa por um conjunto de transições, físicas ou sociais, que, embora ocorram de forma diferente para cada pessoa, pareceram iniciar-se maioritariamente entre os 18 e 24 anos de idade (James et al., 2016; Kuper et al., 2018). É de realçar que a noção de transição não se prende necessariamente com modificações ao self, sendo, antes, uma integração da verdadeira identidade, pelo que, embora sejam amplamente referidas como transições, podem também ser designadas como processos de afirmação de género (Dickey et al., 2012; Pinto & Moleiro, 2015). Em vários estudos, as transições a nível social traduziram-se em alterações na forma como as pessoas se apresentavam (e.g., forma de vestuário, nome), caracterizando-se como as primeiras ações tomadas, de forma a melhor alinharem-se com o género de identificação (Devor, 2004; Ehrensaft et al., 2018; Kuper et al., 2018).

No que diz respeito às transições do foro físico, alguns/algumas jovens recorreram a tratamentos que visavam bloquear ou atrasar o desenvolvimento corporal pubertário (Ehrensaft et al., 2018). Após os 18 anos, puderam também, de forma autónoma, optar por procedimentos hormonais, reconstrução genital ou facial, mastectomia, ou outras alterações físicas não médicas, como remoção de pelo a laser (Dickey et al., 2012; Hilário, 2019; Kuper et al., 2018). Este tipo de procedimentos mostrou ter um grande impacto na aparência, conforto e reconhecimento social desejado, associando-se a uma profunda significância pessoal e a uma vivência mais positiva e autêntica (Giami & Beaubatie, 2014; Sansfaçon et al., 2020; Pinto & Moleiro, 2015).

Apesar da importância das transições físicas para algumas pessoas trans, foi sugerido que as gerações mais novas têm vindo a desejá-las cada vez menos (Roen, 2018). Tendo em conta a diversidade de identidades de género, algumas pessoas, em particular de

género não binário, mostraram-se satisfeitas em combinar marcadores tipicamente percebidos como masculinos e femininos (Darwin, 2017; Marques, 2019). Nestes casos, a transição prendeu-se mais com o reconhecimento da pessoa enquanto não binária do que com eventuais modificações corporais (Hilário & Marques, 2019). Mesmo indivíduos que se identificavam com o modelo binário escolheram não realizar estes procedimentos, rejeitando a visão cis-normativa e binária que dita que o género é definido por certas características corporais (Catalano, 2015; Hilário & Marques, 2019). Assim, verificou-se a enorme diversidade subjacente à construção das identidades e narrativas trans, sendo que diferentes pessoas podem desejar seguir diferentes caminhos. Em suma, as transições caracterizaram-se como contextos de experimentação, por vezes descritos como uma segunda puberdade, que, embora entusiasmante, acarretam também alguns desafios em atividades tão rotineiras como ir às compras, comer num restaurante ou usar uma casa de banho pública (Devor, 2004; James et al., 2016; Kuper et al., 2018).

Revelação da Identidade de Género

A revelação da identidade de género, também designada como “*coming-out*”, refere-se, primeiramente, ao autorreconhecimento em relação, neste caso, à identidade de género e, posteriormente, à sua divulgação a outros/as/es, demonstrando-se um fenómeno pessoal e interpessoal (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; Guittar & Rayburn, 2016). Estimou-se que a maioria das pessoas trans revelam a sua identidade de género entre o final da adolescência e início da idade adulta, sendo de frisar que, em comparação com outras pessoas da população LGBTI+, este processo apresentou especificidades para pessoas trans (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; James et al., 2016). Tendo em conta possíveis alterações físicas e sociais, algumas viram-se obrigadas a lidar com um nível de exposição indesejado. Tendo isto levado a situações desconfortáveis, algumas acabaram por aderir, de forma estratégica, a comportamentos que não vão realmente ao encontro da sua identidade de género (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018). Além disso, Zimman (2009) argumentou que algumas pessoas trans, após realizarem transições físicas e terem o reconhecimento social desejado, não sentiram vontade ou interesse em revelar o seu “*historial trans*”.

Uma das maiores motivações identificadas para a divulgação da identidade de género prende-se com a vontade de comunicar o self autêntico a outros/as/es (Levitt & Ippolito, 2014). Um dos fatores que mais influenciou este processo associou-se à antecipação de

respostas que os indivíduos esperaram vir a encontrar por parte de figuras significativas, como pais e/ou mães, amigos/as/es ou colegas, sendo que mesmo gerações mais novas continuam a debater-se com esta questão, inclusive no contexto português (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; Marques, 2019). Por este motivo, nem todas as pessoas trans revelaram a sua identidade de género, nem mesmo para outros/as/es significativos/as/es (James et al., 2016). Entre as respostas encontradas pelas pessoas trans, registou-se uma grande variedade, desde aceitação e apoio até assédio e violência (Marques, 2019). Quando deparados/as/es com respostas positivas, foram relatados efeitos benéficos, como aumento da autoaceitação, autenticidade e bem-estar psicológico (Kuper et al., 2018; Riggle et al., 2011). Contudo, quando confrontados/as/es com reações negativas, denotaram-se efeitos nocivos, como ameaças e violência, pelo que várias pessoas se viram obrigadas a sobrepor a sua segurança ao seu nível de exposição (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; Grossman & D’Augelli, 2006). Assim, ficou evidente que a revelação da identidade de género requer uma gestão sofisticada e complexa, ajustada ao contexto social, e que, mesmo após a revelação, manteve-se a necessidade de antecipar certas situações sociais e tomar decisões estratégicas sobre como e quando divulgar a identidade trans a certas pessoas e grupos (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018).

Entre os contextos mais relevantes para jovens trans, no âmbito da revelação da identidade de género, destacou-se o familiar e o de amigos. No que toca à família, para vários/as/es jovens, esta foi descrita como sendo o primeiro contexto de revelação da identidade, tendo sido as suas respostas determinantes para a continuação da exploração da mesma (James et al., 2016; Sansfaçon et al., 2020). As reações, tanto por parte das mães – que foram geralmente as primeiras a saber – como dos pais, tenderam a ser negativas (e.g., invalidação da identidade de género, expulsão de casa). Contudo, existiram também relatos de respostas positivas (e.g., adesão aos nomes e pronomes escolhidos, contribuição financeira para transições) (Grossman & D’Augelli, 2006; James et al., 2016). Não obstante, as reações negativas tenderam a modificar-se ao longo do tempo, tornando-se mais positivas (Grossman & D’Augelli, 2006).

No que toca ao contexto de amigos, este caracterizou-se também como um sistema importante. As amizades com outras pessoas da população LGBTI+, em particular pessoas trans, geralmente procuradas na *internet*, potenciaram um maior sentido de autenticidade e autoaceitação, tendo funcionado ainda como estruturas de apoio e oportunidades de partilha e trocas de conhecimento (Galupo et al., 2014; Hines, 2007; James et al., 2016; Riggle et al., 2011). Embora nem todas as pessoas trans tenham

revelado as suas identidades a amigos/as/es, quem o fez tendeu a relatar, à semelhança do sucedido no contexto familiar, uma variedade de respostas (Galupo et al., 2014). As negativas, em particular, foram justificadas pelas próprias pessoas trans pela falta de conhecimento sobre a população trans. Em termos de consequências, esta revelação teve impacto sobre as amizades, resultando por exemplo, num distanciamento ou término das mesmas, o que se deu, principalmente, à recusa da aceitação da identidade ou à falta de empatia (Galupo et al., 2014). Apesar disto, fortaleceu outras amizades ou levou à criação de novas (Galupo et al., 2014).

Recurso a Grupos LGB(T)I+

Outro aspeto significativo identificado foi a integração em espaços sociais sentidos como seguros, por exemplo, grupos formais ou informais destinados a pessoas LGBTI+ ou exclusivamente trans (Hines, 2007; Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). O acesso a estes grupos potenciou o sentimento de comunidade e pertença, assim como a expressão autêntica e empoderamento (Doan, 2010). Além disso, foram considerados como uma importante fonte de entreajuda e de vários tipos de apoio (e.g., emocional, informativo, educativo) (Hines, 2007; Kichler, 2021). É de salientar que os grupos de apoio foram identificados como vitais por colmatarem a insuficiência de recursos prestados no dia-a-dia, por exemplo, a falta de acesso a informações específicas, validação da identidade de género ou apoio emocional (Cannon et al., 2017; Hines, 2007). Verificou-se que os grupos informais, em particular, estabeleciam-se cada vez mais no contexto *online*, por facilitar o contacto entre pessoas geograficamente dispersas e permitir a exploração e vivência mais autêntica, protegida por algum anonimato (Austin et al., 2020; Cavalcante, 2016; Marciano, 2014; Shapiro, 2004). Ainda assim, apesar dos efeitos positivos, constatou-se que também os espaços LGBTI+ são permeáveis às normatividades de género, tendo levado a confrontos dentro dos mesmos (Hines, 2007; Kuper et al., 2018; Marques, 2019). Neste sentido, destacou-se a transnormatividade, que se refere à pressão exercida sobre pessoas trans para assumirem uma identidade e narrativa binária (Johnson, 2016). Resultante disto, várias pessoas, em particular de género não binário, relataram sentir-se excluídas destes espaços (Barbee & Shrock, 2019; Kichler, 2021). Assim, embora estes tenham o objetivo de criar um ambiente seguro, tal nem sempre acontece, pelo que algumas pessoas preferiram a designação “*safer spaces*”,

em vez do conhecido termo “*safe space*”, uma vez que fornecem alguma segurança mas não de forma absoluta (Deller, 2019).

Redescobrir o Espaço Social

Outro processo relevante associou-se à redescoberta do contexto social, onde a pessoa se passou a apresentar com o género de identificação. Neste sentido, alguns homens trans referiram passar por uma aprendizagem ligada ao estar em espaços predominantemente masculinos, conviver com outros homens e ser tratado como tal (Catalano, 2015). No caso das mulheres trans, em especial jovens, estas depararam-se com uma maior atenção, principalmente masculina, assim como objetificação e sexualização (Sevelius, 2013). A estas aprendizagens associaram-se as expectativas relacionadas com os papéis de género. Para alguns/algumas, durante as transições, e no âmbito da exploração do espaço social, surgiram comportamentos genderizados, baseados não numa identidade mas sim em expectativas associadas ao género de identificação (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; Catalano, 2015). Outro aspeto relevante prendeu-se com a prática de *misgender*, mencionado anteriormente, que condiciona a vivência autêntica do género de identificação. Embora aconteça com várias pessoas trans, foram as não binárias que mais o reportaram (Darwin, 2017).

Vivências Escolares

Em Portugal, o estudo sobre as vivências escolares de jovens trans é escasso, existindo, contudo, alguns estudos que analisaram esta vivência junto da população LGBTI+. À semelhança do que foi reportado a nível internacional, estes estudos indicaram ambientes maioritariamente hostis e desconfortáveis, onde se identificaram insultos, práticas de *bullying*, assédio e revelação indesejada da orientação sexual ou identidade de género, sendo estes atos realizados tanto por docentes como colegas, em particular do género masculino (António et al., 2012; Day et al., 2018; Gato et al., 2020; Greytak et al., 2009; Pizmony-Levy et al., 2018; Rodrigues et al., 2016).

Quanto a jovens trans, em concreto, Saleiro (2017) identificou alguns desafios com os quais estes/as se depararam no contexto escolar. Um deles refletiu a repressão e repressão, por parte de docentes, das expressões de género não conformes e a interdição da autoridade que impediu estas expressões, o que resultou num sentimento de invisibilidade. Além disso, a vigilância masculina foi também destacada, no sentido em

que as crianças e adolescentes percecionados/as/es como rapazes tenderam a ser mais penalizados/as/es pelas suas expressões de género não conformes. Por fim, foram também identificadas práticas de *bullying* frequentes, em particular insultos homofóbicos e transfóbicos, que incidiam sobretudo sobre raparigas trans. Nestes casos, estes insultos pareceram ter por base questões de género, por ter sido feita uma associação entre a expressão feminina e a identidade homossexual, pelo que a diferença percecionada pelas outras crianças e adolescentes, embora diga respeito à identidade de género, foi atribuída à orientação sexual (Saleiro, 2017).

Perante estes ambientes inóspitos, foram sugeridos alguns programas e medidas que visavam atender as preocupações e necessidades dos/as/es estudantes trans, entre os quais formação específica sobre identidades trans dirigida a docentes e *staff* escolar, a implementação de currículos inclusivos e a criação de grupos de apoio específicos (Day et al., 2019; Gegenfurtner & Gebhardt, 2017; McGuire et al., 2010; Russel et al., 2009; Sausa et al., 2005; Snapp et al., 2015). No que diz respeito a esta matéria, registou-se em Portugal a falta de políticas específicas, planos de ação e treino direcionado a docentes (IGLYO, 2018). Contudo, destacaram-se os projetos de duas organizações – ILGA Portugal e Rede Ex Aequo – que procuraram consciencializar os/as/es estudantes, através de atividades de partilha de vivências, encontros de pares e acolhimento de Gay-Straight Alliances (Gato et al., 2020).

Presente Estudo

No contexto português, apesar da escassez de estudos sobre pessoas trans, destacaram-se algumas investigações pertinentes, tanto na área da psicologia, como da sociologia. O único estudo encontrado que se debruçou sobre uma perspetiva desenvolvimental teve como participantes pessoas transsexuais e deu conta de alguns dos processos acima explorados: sentimento de diferença em relação ao género atribuído, exploração da identidade, exploração de opções, execução de uma nova identidade social, modificações corporais, consolidação da identidade e invisibilidade (Pinto & Moleiro, 2015). A par disso, também no contexto português a revelação da identidade de género foi considerada como um processo significativo para a construção da mesma (Marques, 2019). Adicionalmente, foi também sublinhada a importância das vivências escolares, caracterizadas, de modo geral, como negativas (Saleiro, 2017). Por fim, foram também reconhecidos os avanços na esfera social, legal e médica, a favor das pessoas trans, que conferiram à juventude trans um crescente clima de aceitação e visibilidade, apesar dos

obstáculos e discriminação que se fazem ainda sentir, inclusive em contextos de cuidados de saúde (Carrera-Fernández et al., 2020; Hilário, 2018; Hilário, 2019; Hines & Santos, 2017; Moleiro & Pinto, 2020; Pinto & Moleiro, 2012).

Tendo em conta a revisão da literatura, tornou-se clara a necessidade de investigações feitas diretamente com jovens trans, em particular no contexto português, onde, apesar das políticas progressistas, continuam sub-representados/as/es. Assim, sabendo que é sensivelmente entre os 14 e os 26 anos que ocorrem momentos cruciais na transição entre a adolescência e a idade adulta, e a consolidação da identidade de género (Arnett, 2000), o presente estudo propôs-se a responder, com recurso aos testemunhos de jovens com estas idades, à questão “Como se caracterizam as trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans?”. Por fim, como objetivos específicos, pretendeu-se investigar os processos associados às trajetórias de desenvolvimento, nomeadamente (1) desconforto relativo ao género atribuído à nascença, (2) descoberta de identidades trans e atribuição de significados, (3) questionamento e exploração da identidade de género, (4) transições; (5) revelação da identidade de género, no contexto familiar e de amizades, (6) recurso a grupos LGB(T)I+; (7) redescoberta do espaço social, (8) vivências escolares.

Método

Desenho do Estudo

Este estudo caracterizou-se por um desenho descritivo com metodologia qualitativa. O grupo de participantes foi constituído por jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 26 anos, que se autoidentificaram como trans. Estes/as foram recrutados através de uma amostragem não probabilística por conveniência e por propagação geométrica.

Participantes

Os/as participantes foram recrutados/as através de várias vias. Por um lado, através de grupos informais *online* destinados a jovens trans, assim como por associações destinadas a pessoas LGBTI+ e suas famílias. Por outro lado, foram também recrutados/as em contexto hospitalar e clínico, através de consultas de psicologia e sexologia.

O grupo de participantes consistiu em onze jovens com idades compreendidas entre os 16 e 26 anos. Como critério de inclusão, foi requerido que se identificassem como trans e que tivessem idades compreendidas entre os 14 e 26 anos, uma vez que este foi

considerado um período onde ocorrem processos significativos no desenvolvimento da identidade de género.

Quanto ao seu género, sete participantes reportaram identificar-se com o masculino, três com o feminino, e um com género “não binário, mas mais no espectro masculino”. Assim, três manifestaram preferência por pronomes femininos e os restantes por masculinos. A média de idades dos/as participantes foi de 19 anos. Destes/as, seis encontravam-se a estudar no ensino secundário, três relataram ter completado o 12.º ano de escolaridade, um encontrava-se a estudar no ensino superior, um tinha completado a licenciatura e um iniciou um curso superior mas decidiu não dar continuidade. Em termos de situação profissional, uma pessoa referiu estar desempregada, três empregadas e as restantes eram estudantes. Além disso, todos/as eram portugueses/as.

A Tabela 1 representa os características principais de cada participante.

Tabela 1

Características dos/as Participantes

Pseudónimo	Idade	Género	Situação profissional	Habilitações literárias
Adélia	16	Feminino	Estudante	Ensino Básico
António	21	Não binário	Desempregado	Ensino Secundário
Daniella	20	Feminino	Empregada	Ensino Secundário
Samuel	19	Masculino	Estudante	Ensino Secundário
João	17	Masculino	Estudante	Ensino Básico
Min	18	Masculino	Estudante	Ensino Básico
Tiago	16	Masculino	Estudante	Ensino Básico
Miguel	16	Masculino	Estudante	Ensino Básico
Teresa	17	Feminino	Estudante	Ensino Básico
Luís	23	Masculino	Empregado	Licenciatura
Diogo	26	Masculino	Empregado	Ensino Secundário

Instrumentos

Para a realização deste estudo, recorreu-se a uma entrevista com um guião semi-estruturado. A escolha deste instrumento prendeu-se com o objetivo de aceder ao ponto de vista subjetivo de cada participante, sendo através dos discursos individuais que se tornou possível captar os significados atribuídos às suas vivências. Assim, foi desenvolvido um guião de entrevista que, além de questões que tinham o objetivo de recolher informações de cariz sociodemográfico, integrou questões e *prompts* relativos aos temas relevantes nas trajetórias de desenvolvimento de identidade de género, identificados na literatura: desconforto relativo ao género atribuído à nascença (“Como te sentias relativamente ao teu género na infância?” e “Como tem sido a tua vivência nos últimos anos?”); descoberta de identidades trans e atribuição de significados (“Como descobriste o termo trans? Consideras que teve impacto no teu percurso?”); questionamento e exploração da identidade de género (“Como reconheceste que te identificavas com outro género, que não aquele que te foi atribuído?”); transições (“Como estás a viver o processo de transição?”); revelação da identidade de género (“Revelaste a tua identidade de género a alguém? Podes falar-me um pouco desse processo?”); recurso a grupos LGBTI+ ou exclusivamente trans (“Ao longo do teu percurso, recorreste a algum grupo de apoio a pessoas LGBTI+?”); redescoberta do espaço social (“Como foi começares a apresentar-te com o teu género de identificação?”); vivências escolares (“Como te sentes/sentias na escola? O que tem corrido melhor? E as maiores dificuldades?”).

A par da entrevista, recorreu-se ao instrumento de linha de vida, que, podendo ser usado junto da população trans, permite a identificação gráfica de momentos marcantes no ciclo de vida (Gramling & Carr, 2004; Smith et al., 2017). Este instrumento, combinado com a entrevista, facilita a rememoração e o acesso a camadas mais profundas das vivências, assim como a relação entre entrevistado/a/e e entrevistador/a/e, resultando numa melhoria da qualidade dos dados recolhidos (Gausman et al., 2019; Van der Vaart, 2004; Gutiérrez-García et al., 2021). Assim os/as participantes foram convidados/as a identificar os principais momentos das suas trajetórias, tendo acesso a canetas de várias cores, numa linha de vida previamente concebida, que se iniciava no dia do nascimento, passando pelo dia da entrevista e seguindo para o futuro.

Procedimentos

Este projeto de investigação começou por ser submetido à Comissão de Ética do ISPA – Instituto Universitário, tendo recebido um parecer positivo que permitiu o avanço do estudo (anexo 1). Posteriormente, foram contactadas várias associações e grupos LGBTI+ e exclusivamente trans, destacando-se o Centro Gis, TransMissão e ILGA Portugal. Estes concordaram em divulgar o estudo nas suas redes sociais e/ou pelas pessoas voluntárias. Do mesmo modo, foram contactados núcleos universitários LGBTI+, salientando-se o NOVA SBE Pride Association Student Club e o OUT Ciências, que concordaram também em partilhar o estudo. Além disso, foi também divulgado em redes sociais e grupos informais *online* compostos por pessoas trans. Adicionalmente, foi estabelecido contacto com uma médica psiquiatra e sexóloga, responsável pela consulta de sexologia dirigida a pessoas trans, num hospital público situado numa grande cidade. Esta médica psiquiatra facilitou a divulgação do estudo junto dos seus/suas pacientes, no contexto da consulta e, quem concordou em participar, foi entrevistado/a após o término da mesma. Estabeleceu-se também contacto com uma psicóloga clínica que exercia funções num hospital privado, situado numa outra grande cidade, tendo esta divulgado o estudo, via email, com alguns/algumas pacientes, que poderiam ter interesse em participar. Deste modo, cinco entrevistas foram realizadas em formato online, através da plataforma Zoom, duas decorreram nas instalações do ISPA – Instituto Universitário e quatro em gabinetes médicos pertencentes aos dois hospitais.

Recrutados/as os/as participantes, foi-lhes solicitado o seu consentimento informado (anexo 2), que garantiu confidencialidade total, anonimato e possibilidade de se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer consequência. No caso de participantes com menos de 16 anos de idade, seria também solicitado o consentimento informado do/a/e encarregado/a/e de educação. A decisão de aceitar o consentimento de participantes com 16 e 17 anos prendeu-se com o reconhecimento da eficácia do consentimento prestado por jovens com esta idade e com o pressuposto de que estes/as possuíam o discernimento necessário para avaliar o sentido e alcance deste consentimento, tal como reconhecido pelo Código Penal Português (artigo 38.º, n.º 3) (2018). Além disso, tendo em conta que este estudo acarretaria riscos mínimos e se debruçaria sobre um grupo estigmatizado, foram também seguidas as recomendações da APA [American Psychological Association] (2018), que reconheceu a pertinência e a necessidade de considerar válido o consentimento de jovens menores de idade, neste caso com idade a partir dos 16 anos.

Posteriormente, passou-se à entrevista, que principiou com as questões sociodemográficas. De seguida, foi incorporada a atividade de linha da vida, onde os/as participantes foram convidados/as a falar livremente sobre os marcos identificados ao longo das suas trajetórias. Enquanto nas entrevistas presenciais foi fornecida uma folha que continha o desenho da linha, no contexto *online* recorreu-se à ferramenta de partilha de ecrã, de forma a demonstrá-lo (anexo 3). Neste último caso, foi pedido aos/às participantes que desenhassem numa folha a linha de vida e que a preenchessem, enviando uma foto da mesma, após o término da entrevista.

É de salientar que a privacidade dos/as participantes foi assegurada de várias formas: foi esclarecido que os dados obtidos seriam analisados de forma conjunta e apenas para o propósito da investigação, pelo que não seriam partilhados com terceiros; os nomes dos/as participantes e qualquer informação que os/as pudesse identificar foram alterados; a entrevista, quando presencial, teve lugar em espaços onde foi possível manter a privacidade.

A entrevista, individual, foi gravada por meio de um gravador de voz e telemóvel, com a permissão dos/as participantes, de forma a possibilitar a posterior transcrição, tendo sido apagada logo após este procedimento. De forma a assegurar o bem-estar dos/as participantes, foi também entregue uma carta de esclarecimento pós investigação (anexo 4), onde constavam informações pertinentes como o objetivo do estudo, a garantia do anonimato e de que forma tal seria assegurado. Foram também incluídos contactos úteis, como os da equipa de investigação e associações que os/as participantes poderiam contactar em caso de necessidade.

Plano de Análise

Em primeira instância, as entrevistas foram transcritas na íntegra. Os nomes dos/as participantes e qualquer informação que os/as pudesse identificar foram ocultados. O método usado para a análise das entrevistas foi o de análise temática, que tem em vista identificar, analisar e reportar padrões num conjunto de dados qualitativos (Braun & Clarke, 2006). Além de organizar e descrever os dados, permite também analisar vários aspetos subjacentes ao tópico de investigação. Este método é caracterizado pela sua flexibilidade, podendo ser usado consoante diferentes quadros teóricos. Como indica o nome, esta análise baseia-se na definição de temas, sendo que estes capturam aspetos importantes sobre os dados, em relação à questão de investigação, representando também um padrão ligado às respostas ou aos significados do fenómeno em estudo. Este método

é composto por seis passos: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, procura de temas, revisão de temas, definição e nomeação de temas e produção do relatório (Braun & Clarke, 2006).

Neste estudo, recorreu-se à forma indutiva ou *bottom up* da análise temática. Tendo em conta o objetivo de compreender os processos associados às trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans, esta forma permitiu o foco nas vivências subjetivas relatadas, sem a imposição de um quadro de referência pré-existente. Quanto ao nível em que os temas foram identificados, este estudo recorreu aos dois existentes – semântico e latente – com maior tendência para o latente, de forma a possibilitar uma análise mais aprofundada da vivência dos/as participantes, tendo também em conta os significados psicológicos.

No que concerne as linhas de vida, estas não têm associado um protocolo de análise pré definido, pelo que a sua análise deve ser adaptada à forma como foram conduzidas as entrevistas e ao propósito do estudo (Adriansen, 2012). Assim, estas foram anonimizadas e analisadas em conjunto com as entrevistas, servindo como um complemento às mesmas. À semelhança do proposto pela análise temática, procurou-se identificar padrões nas linhas de vida dos/as participantes, assim como significados psicológicos contidos em cada marco apresentado pelos/as participantes.

Resultados

Nesta secção serão apresentados os resultados, com recurso ao mapa temático, que permite compreender as ligações entre os temas e subtemas identificados. A par disso, recorrer-se-á também às linhas de vida e à sua análise.

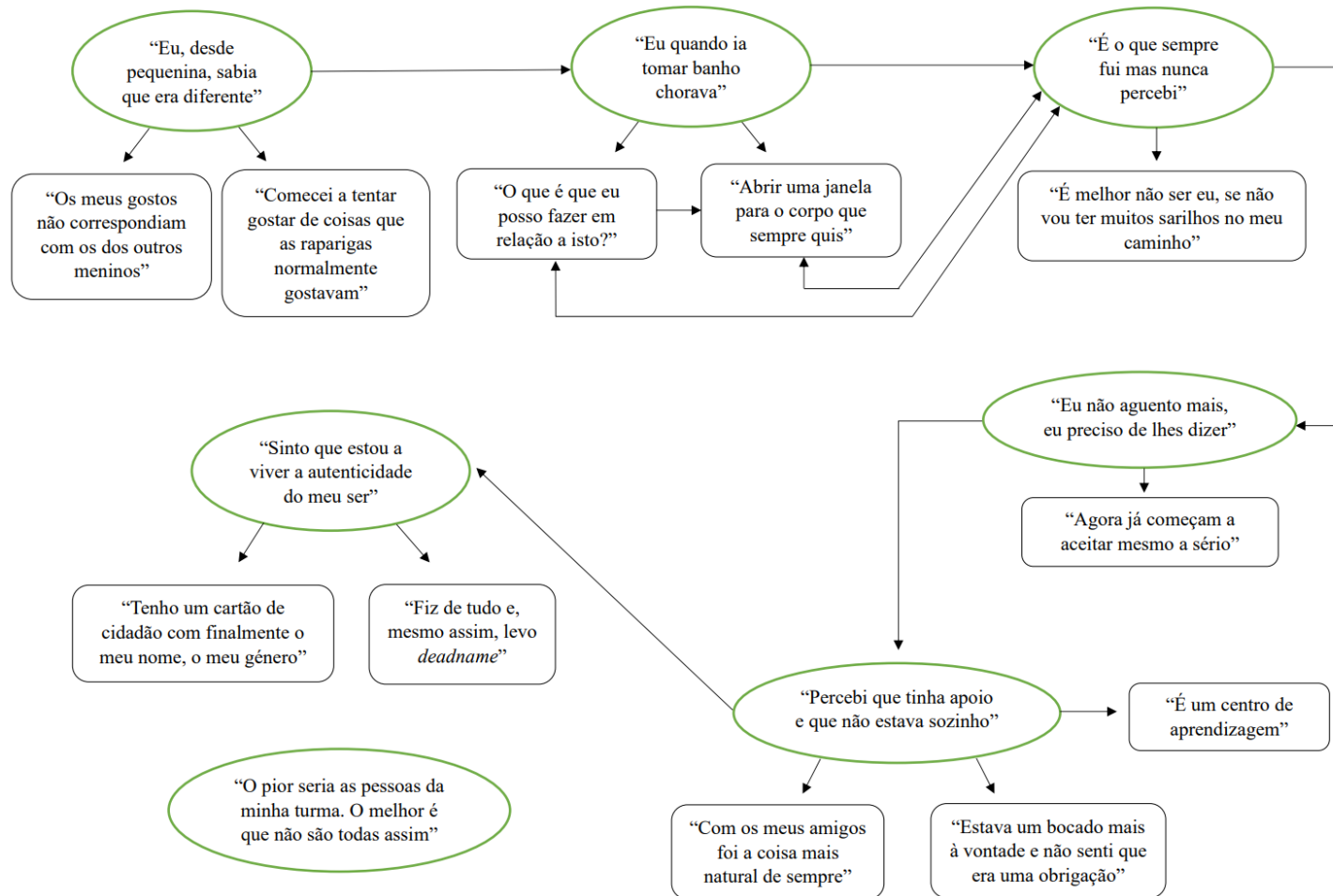
Foram identificados sete temas, cujas denominações constituem excertos das entrevistas. O primeiro intitulou-se “Eu, desde pequenina, sabia que era diferente” e teve dois subtemas: 1) “Os meus gostos não correspondiam com os dos outros meninos”; 2) “Comecei a tentar gostar de coisas que as raparigas normalmente gostam”. O segundo tema, “Eu quando ia tomar banho chorava”, surgiu cronologicamente no seguimento do primeiro e integrou também dois subtemas: 1) “O que é que eu posso fazer em relação a isto?”; 2) “Abrir uma janela para o corpo que sempre quis”. O terceiro tema, “É o que sempre fui mas nunca percebi”, deu seguimento ao segundo e, contemplou um subtema: “É melhor não ser eu, se não vou ter muitos sarilhos no meu caminho”. O quarto tema, decorrente do terceiro, denominou-se “Eu não aguento mais, eu preciso de lhes dizer” e englobou um subtema: “Agora já começam a aceitar mesmo a sério”. O quinto tema

apelidou-se “Percebi que tinha apoio e que não estava sozinho”, decorreu do quarto tema e incluiu três subtemas: 1) “Com os meus amigos foi a coisa mais natural de sempre”; 2) “Estava um bocado mais à vontade e não senti que era uma obrigação”; 3) “É um centro de aprendizagem”. O sexto tema, “Sinto que estou a viver a autenticidade do meu ser”, deu-se no seguimento do quinto e abarcou dois subtemas: 1) “Tenho um cartão de cidadão com finalmente o meu nome, o meu género”; 2) “Fiz de tudo e, mesmo assim, levo *deadname*”. Por fim, o sétimo tema teve o título “O pior seria as pessoas da minha turma. O melhor é que não são todas assim”.

A figura 1 representa o mapa temático associado aos temas identificados nas trajetórias de desenvolvimento de identidade de género dos/as jovens entrevistados/as, representando de forma gráfica os temas e subtemas referidos, assim como a ligação entre os mesmos.

Figura 1

Mapa Temático das Trajetórias de Desenvolvimento de Identidade de Gênero dos/as Participantes.



“Eu, Desde Pequenininha, Sabia Que Era Diferente”

Este tema referiu-se ao sentimento de diferença que os/as participantes relataram em relação ao género atribuído à nascença. Muitos/as dos/as participantes salientaram este sentimento desde a infância, como referiu Teresa (16 anos): “Eu, desde pequenininha, sabia que era diferente”. Embora alguns/algumas tenham localizado a origem deste sentimento na preferência por outra expressão de género e na inconformidade com a expectativa associada ao género atribuído, as narrativas revelaram uma maior complexidade. Como será explicado com maior detalhe no subtema seguidamente apresentado, a preferência por brincadeiras, pares ou vestuário associados a outro género não foi sentida como problemática até começar a ser apontada como tal por parte de agentes externos, como pais e/ou mães, docentes ou colegas de escola. Tal demonstrou que este sentimento de diferença não originou, até uma certa idade, sofrimento psicológico. Contudo, com o avançar da idade, acabou ganhar uma conotação negativa, originando algum desconforto e sofrimento nos/as jovens:

Eu chegava a casa e sentia-me super triste ou a questão “porque é que eu sou assim?” sempre me vinha à cabeça. Porque é que eu não podia ser como os outros rapazes e gostar de meninas, gostar de carros, gostar de roupas mais masculinas? Sempre a dizer... Ficava triste, ficava um bocado desabalada, porque... Para mim era normal, era uma coisa que era normal e eu não compreendia, na minha cabeça não fazia sentido, porque é que para as outras pessoas era tão difícil de aceitar eu ser assim. (Teresa, 17 anos).

De forma a compreender este sentimento de diferença, deve-se ter em conta dois fatores que se caracterizam como subtemas deste tema: 1) “Os meus gostos não correspondiam com os dos outros meninos”; 2) “Comecei a tentar gostar de coisas que as raparigas normalmente gostam”.

“Os Meus Gostos Não Correspondiam Com O Dos Outros Meninos”

Este subtema remeteu para a preferência que todos/as os/as participantes referiram ter na infância em relação a uma expressão de género associada a outro que não aquele que lhes foi atribuído à nascença. Esta preferência manifestou-se de várias formas, em particular, pelo favoritismo por pares do género de identificação, assim como pelas brincadeiras e vestuário a ele tipicamente associados.

Sobre a preferência por vestuário associado a outro género, a maioria dos/as participantes referiu que não a podiam concretizar, uma vez que a roupa que adquiriam e vestiam era escolhida pelos pais e/ou mães. Assim, à exceção de Samuel (19 anos), a

quem o pai e mãe possibilitaram opção de escolha, a maioria vestia-se de acordo com o expectável para o género de atribuição, o que causava sentimentos de frustração.

Sobre a preferência por brincadeiras tipicamente associadas ao género de identificação, os excertos de Diogo (26 anos) e Teresa (17 anos) foram ilustrativos: “(...) Quando o meu irmão nasceu, eu ficava mais com as coisas dele do que com as minhas. Eu tinha barbies, tinha bonecas, tinha tudo e em vez de brincar com essas coisas, brincava com os carrinhos dele.” (Diogo, 26 anos); “Até quando eu era mais pequenina eu gostava era de brincar com barbies. Não gostava de carros, não gostava de nada disso. Era mais barbies, era roupas, unhas, cabelos, pestanas, etc.” (Teresa, 17 anos).

No contexto da preferência por brincadeiras e também pares de outro género, alguns/algumas participantes referiram que, na idade pré-escolar, não sentiam que houvesse uma distinção vincada entre géneros, os seus papéis e expectativas associadas, pelo que todas as crianças acabavam por brincar em conjunto. Esta distinção começou a ser sentida, na maioria dos casos, pelos 10 anos. Neste sentido, importa referir que, para alguns/algumas participantes, a integração com estas crianças e a oportunidade de desempenhar papéis do género de identificação levaram à possibilidade de uma expressão e vivência de género autêntica. Tal foi ilustrado pelo testemunho de Daniella (20 anos):

Quando andava na escola... Hum... Conheci na altura as minhas melhores amigas, a Isabel Almeida e a Isabel Guerreiro (...). Nas nossas brincadeiras, éramos sempre as três personagens femininas (...), o que contribuía para me sentir bem comigo mesma na altura, apesar de serem só brincadeiras... Involuntariamente... Sim, involuntariamente fazia como que me sentisse bem, estás a entender? Porque elas tratavam-me por ela. Imagina que a minha personagem se chamava Patrícia, elas tratavam-me por Patrícia e isso, então sentia-me bem comigo. Elas tratavam-me por ela, então pronto. Então era muito especial para mim as brincadeiras com elas.

Deste modo, este tipo de brincadeiras parecem ter concedido um certo nível de validação. Por um lado, permitiram uma vivência autêntica, ainda que limitada, que se alinhava como género de identificação. Por outro, possibilitou momentos de integração com crianças do género de identificação, que, nesse momento, viam os/as participantes tal como estes/as se identificavam.

“Comecei A Tentar Gostar De Coisas Que As Raparigas Normalmente Gostam”

Este subtema traduziu a tentativa dos/as jovens de se conformarem às expectativas associadas ao género de atribuição, em resposta às reações sociais negativas, em relação às suas preferências. Decorrente deste tipo de respostas, ao longo do seu

desenvolvimento, os/as participantes deparam-se com limitações impostas às suas expressões de género. Tal levou-os/as ao entendimento de que estas eram conotadas de forma negativa. Assim, fez também com que maioria incorresse numa tentativa de conformismo, usando vestuário tipicamente associado ao género de atribuição e tentando abafar possíveis reflexões e questionamentos sobre as suas identidades de género.

Ainda que alguns/algumas pais e/ou mães tenham demonstrado mais tolerância perante uma expressão de género que não correspondia às expectativas sociais, as restrições continuavam presentes. Na narrativa de Daniella (20 anos), percebeu-se que, apesar de a sua mãe lhe permitir, até certo ponto, ter uma expressão feminina e autêntica no contexto privado, não o permitia no contexto público:

É assim, eu andava de vestidos só em casa. Por exemplo, a minha irmã Débora tinha o vestido da comunhão branco, que é cheio de tule e isso, era bem à princesa, então eu sempre que chegava a casa, eu tirava a roupa que tivesse, independentemente, ia vestir aquele vestido e andava sempre assim. Mas claro que, na rua, a minha mãe vestia-me com roupa de menino e até em casa, não é? Ela vestia-me com roupa de menino, de manhã, só que eu pegava e tirava e ia vestir o vestido.

Também na narrativa de Teresa (17 anos) foi encontrada esta restrição, que se fez acompanhar pela imposição de uma identidade cis-normativa:

Ainda me lembro que a última vez que... Eu tinha ido a [localidade 1] com a minha mãe e eu vi uma caixa de unhas postiças. E eu viro-me para a minha mãe e disse assim “mãe, quero estas unhas, tipo, quero usar estas unhas”. E ela vira-se e diz assim “achas?! Tu és um menino, meninos não usam essas coisas. Tens que gostar de carros, tens de vestir roupas mais masculinas”.

No decorrer desta tentativa de conformismo à expectativa associada ao género de atribuição e supressão da identidade de género de identificação foram relatados sentimentos de mal-estar e de sofrimento psicológico:

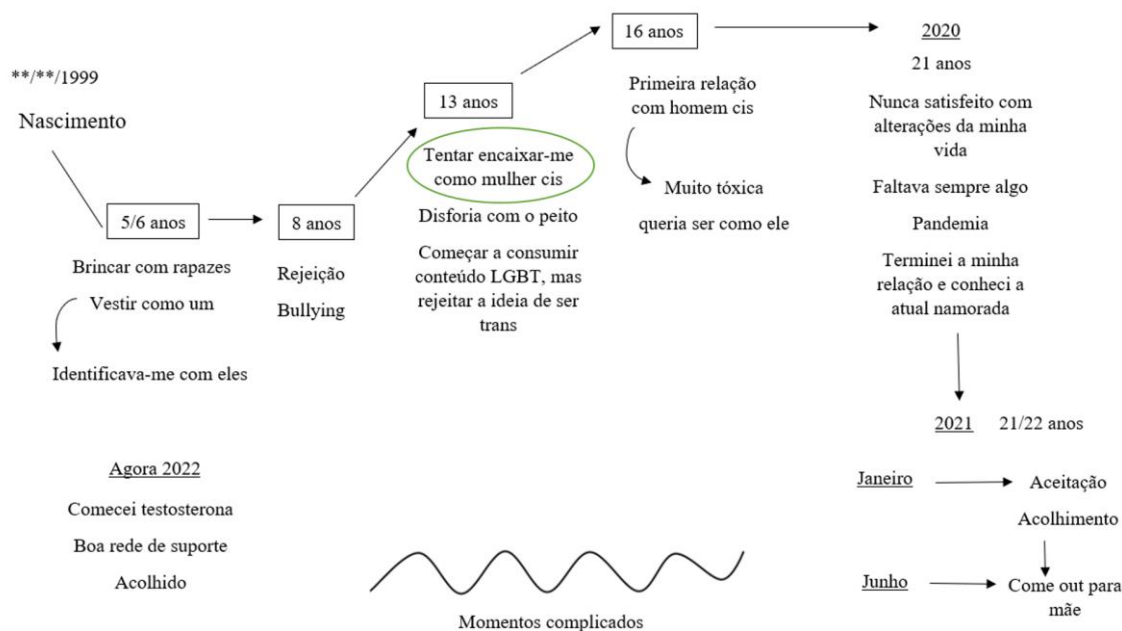
Hum, comecei-me a tentar vestir de outra maneira, comecei a tentar gostar de coisas que as raparigas normalmente gostam, e estava profundamente infeliz, mesmo. Porque, a partir do momento em que eu comecei a fazer isso, mais ao menos com uns 15 anos, eu comecei a entrar, tipo, não digo que foi depressão, porque eu não tive nenhum diagnóstico, mas eu comecei a entrar mesmo no fundo. Eu não conseguia ir para a escola, porque, lá está, eu agora, as pessoas já olhavam para mim e aceitavam-me, só que eu não estava feliz porque aquilo não era totalmente aquilo que eu me identificava. (Luís, 23 anos).

Assim, ao cederem às expectativas sociais associadas ao género de atribuição, as respostas negativas cessaram, pelo que os/as participantes deixaram de ser alvo de comentários pejorativos, como eram até então. Contudo, apesar desta aparente aceitação,

os/as participantes referiram sentimentos de tristeza e invisibilidade, dado que não se expressavam da forma que desejavam. Estas tentativas de conformismo destacaram-se pela sua significância e impacto, encontrando-se presentes em algumas linhas de vida, como é exemplo a de Luís (23 anos) (figura 2):

Figura 2

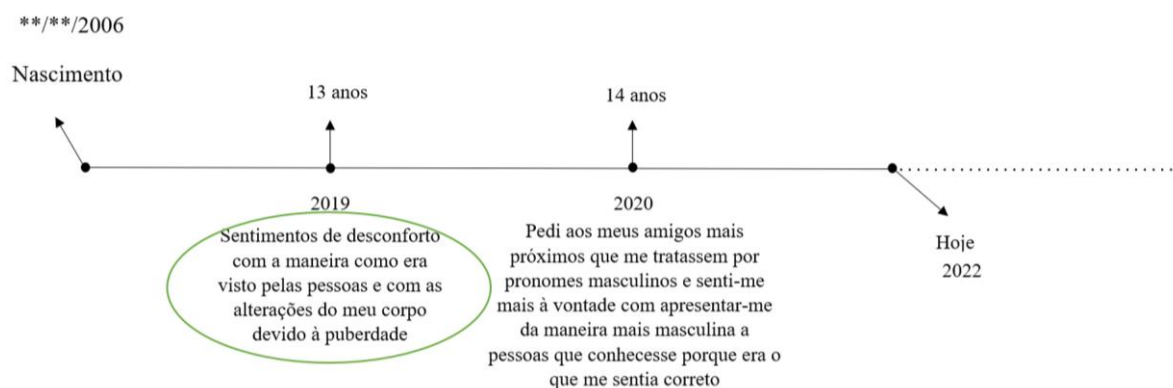
Linha de Vida de Luís.



“Eu Quando Ia Tomar Banho Chorava”

Este tema referiu-se ao desconforto relatado por todos/as os/as participantes em relação aos seus corpos e autoimagem. Enquanto alguns/algumas localizaram o início deste desconforto na infância, a maioria identificou o seu princípio na adolescência, em particular na puberdade, ou seja, pela altura em que as características sexuais secundárias iniciaram o seu desenvolvimento. Sobre este período, João (17 anos), comentou: “A puberdade não foi uma grande coisa que intensificou partes do meu corpo, mas mesmo assim eu sentia que eram demasiado grandes as mudanças, era... Era errado, mais uma vez, estava errado (...)”. Nesta fase, foram comuns as comparações com os corpos de outros/as/es adolescentes e o desejo de que os seus próprios se desenvolvessem de outra forma: “(...) Eu via as outras raparigas, tipo... A voz não engrossava, os pelos não se notavam tanto e eu queria ser como elas.” (Daniella, 21 anos). Esta fase foi apontada por Miguel na sua linha de vida, que realçou não só o desconforto sentido em relação às alterações corporais, mas também a forma como era percecionado pelos/as/es outros/as/es (figura 3):

Figura 3
Linha de Vida de Miguel.



Os/as participantes destacaram três aspetos corporais que consideraram significativos no seu mal-estar: peito, órgãos genitais e voz. O peito foi apontado como sendo a maior fonte de desconforto, tanto para rapazes, que se esforçavam para o esconder, como por raparigas, que desejavam tê-lo de forma mais saliente. O desconforto em relação aos órgãos genitais foi também mencionado por vários/as participantes: “Eu não podia ver um espelho, eu quando ia tomar banho chorava porque tinha de lavar o pénis, então eu chorava literalmente, era quase como matar.” (Daniella, 21 anos). Por fim, salientaram ainda a sua voz como fonte de desconforto.

Para alguns/algumas, as características corporais foram sentidas como limitações e até invalidações à vivência plena do género de identificação. João (17 anos) exemplificou este sentimento, com recurso à menstruação, referida também por outros participantes do género masculino:

Os períodos, a menstruação, são acho que uma das piores coisas, pelo menos para mim, na parte da disforia porque... Ao mesmo tempo que eu sei que nem todas as mulheres menstruam e que alguns homens menstruam, eu continuo a sentir-me... A sentir... Sim, eles podem menstruar, mas quando eu menstruo, eu sinto-me invalidado, eu não gosto, eu sinto-me mal apenas, eu sinto que não era para estar a acontecer isto, mesmo que algumas pessoas já... Alguma parte da sociedade já aceite isso, eu continuo a sentir-me super mal sempre que chega essa altura.

Para a maior parte dos/as participantes, o desconforto corporal manteve-se até à atualidade, em particular para quem ainda não tinha iniciado os processos de transições médico-cirúrgicos que desejavam.

Assim, o desconforto corporal revelou-se como uma dimensão importante, presente em todas os/as participantes, embora se tenha apresentado de formas diferentes consoante os/as jovens, ou seja, com diferentes intensidades ou originado em diferentes partes do corpo.

“O Que É Que Eu Posso Fazer em Relação A Isto?”

Perante o desconforto corporal, os/as jovens procuraram formas de o aliviar, sendo este o assunto do presente subtema. Perante o desenvolvimento de um corpo com o qual não se identificavam e que lhes trazia angústia, os/as jovens procuraram formas de lidar com ele, recorrendo, para isso, a determinados tipos de vestuário ou acessórios específicos.

A primeira solução encontrada pelos/as jovens, tanto rapazes como raparigas, consistiu no uso de roupas largas, com o objetivo de esconder o corpo, como relatou Miguel (16 anos):

Eu não gostava das alterações do meu corpo e sentia-me extremamente desconfortável, hum... Pronto, e não sabia bem porquê, para além de preferia que aquilo não estivesse a acontecer e que fosse diferente, então, pronto, comecei a usar roupas mais largas para, tipo, esconder... Pronto, curvas e assim.

Após a descoberta de identidades trans, que será descrita no tema “É o que eu sempre fui mas nunca percebi”, alguns/algumas jovens tiveram conhecimento de práticas mais sofisticadas e específicas que os/as auxiliariam no alívio do desconforto corporal. Assim, Tiago (16 anos) ilustrou a sobreposição entre a descoberta de identidades trans e o seu contributo para o alívio do desconforto: “Eu comecei a pensar ‘o que é que eu posso fazer em relação a isto?’. E no meio da minha pesquisa sobre a comunidade trans, descobri *binders*”. Neste sentido, e tendo em conta o desconforto associado ao peito, a maioria dos participantes do género masculino relatou ter recorrido, em algum momento da sua adolescência, ao uso de *binder*, que se trata de uma peça que exerce compressão sobre o peito. Contudo, quem o fez, deixou de o usar assim que teve conhecimento dos seus riscos.

Face ao desconforto associado aos órgãos genitais, António (21 anos) referiu ter recorrido a um *packer*, que consiste num enchimento ou objeto que simula um pénis, tendo sido o único a fazê-lo. Contudo, por considerar que aumentava o seu desconforto, em particular nos momentos em que urinava, optou por deixar de o fazer:

Cheguei a comprar um *packer*. Só que sentia mais disforia a usar o *packer* do que a não usar. Porque é muito aquela coisa do “ok, eu vou à casa de banho mas tenho de tirar o pénis para fazer xixi”. Custava-me.

Desta forma, os/as jovens demonstraram o modo como navegaram pelo sentimento de desconforto corporal e como o tentaram aliviar, com recurso a práticas que não se caracterizavam como médico-cirúrgicas. Apesar das limitações que alguns destes

métodos apresentaram, muitos/as participantes continuaram a praticá-los, uma vez que não reuniam ainda condições de iniciar intervenções médico-cirúrgicas, embora tivessem essa aspiração.

“Abrir Uma Nova Janela Para O Corpo Que Eu Sempre Quis”

Este subtema traduz a perspectiva que os/as participantes apresentaram em relação às transições médico-cirúrgicas, no sentido em que estas lhes permitiram a oportunidade de ter o corpo desejado e, assim, aliviar ou até cessar o desconforto corporal. Este subtema relacionou-se com o tema “É o que sempre fui, mas nunca percebi”, que foi também mencionado no subtema anterior. Isto porque foi no seguimento da descoberta de identidades trans, e do sentido que a mesma conferiu à vivência dos/as jovens, que estes/as ganham também conhecimento da existência das intervenções médico-cirúrgicas de afirmação de género.

Perante as possibilidades existentes, todos/as os/as participantes manifestaram desejo de realizar ou iniciar algum tipo de modificação corporal. Para estes/as, esta aspiração prendeu-se com o desejo de aliviar o desconforto corporal, sendo que, para alguns/algumas, este era de tal forma intenso que os longos tempos de espera associados a este tipo de procedimentos foram sentidos como frustrantes e angustiantes. Entre os vários tipos de intervenções, os/as participantes deram prioridade à terapia hormonal:

(...) Um dos meus objetivos principais é começar testosterona, por todas as mudanças que faz, as mudanças fantásticas que faz e as oportunidades mesmo, dando uma voz mais grave e outras coisas (...). É mesmo abrir uma janela para o corpo que eu sempre quis. (João, 17 anos).

Na altura em que foram entrevistados/as, alguns/algumas já tinham iniciado a terapia hormonal ou iniciá-la-iam em breve. No caso dos/as jovens menores de idade, um deles iria iniciar bloqueadores da puberdade e outros dois não tinham expectativa de quando poderiam iniciar, por não reunirem condições para tal, embora tenham expressado esse desejo. A motivação para recorrer a este procedimento prendeu-se com a expectativa de que, ao iniciá-lo, seriam desencadeadas alterações corporais, que fariam com que o corpo se alinhasse com o género de identificação, podendo também servir de base para outras intervenções futuras. Esta ambição, acompanhada de entusiasmo, encontrou-se representada em várias narrativas, sendo de destacar a de Daniella (20 anos), que iniciaria a terapia hormonal no tão simbólico Dia da Mulher.

Seguindo esta linha, alguns/algumas participantes expressaram também vontade de realizar procedimentos cirúrgicos de afirmação de género, como mastectomia e cirurgia de redesignação sexual, revelando as suas expectativas elevadas. O excerto de Daniella (21 anos) é ilustrativo deste entusiasmo:

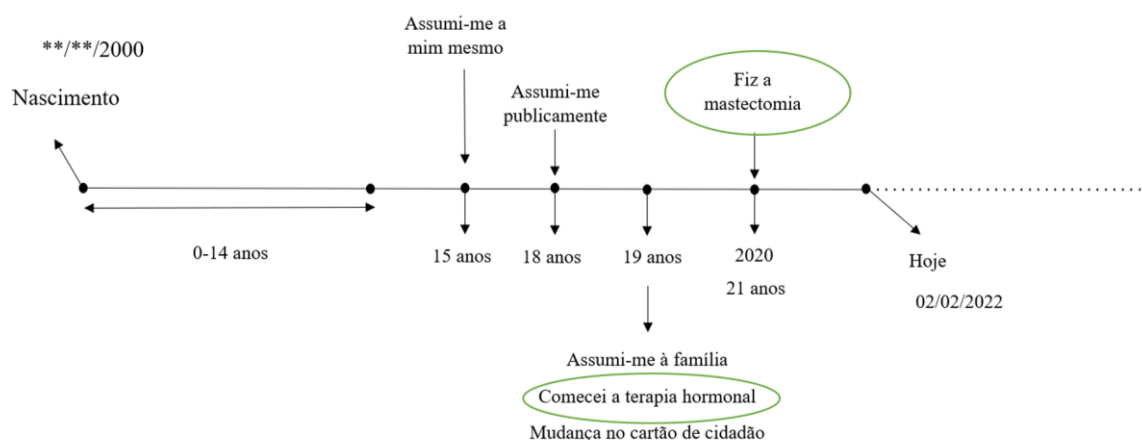
E também um ponto alto aqui, na minha consulta com a Dra. Leonor [endocrinologista] foi que... Eu perguntei-lhe quanto tempo é que tinha de esperar para começar a realizar a cirurgia e ela explicou-me e disse-me que, por eu não fumar, não utilizar drogas, não ter excesso de peso, não ter nenhuma (...) doença toda XPTO, se os meus exames estiverem todos bem, eu era uma grande candidata, uma grande potencial para realizar a cirurgia de redesignação de género. (...) Uma potencial candidata para a cirurgia e, é assim, ouvir aquilo foi algo de outro mundo. Ela disse-me aquilo, o que ela me disse a seguir não me perguntas, que eu já não sei dizer, que eu comecei a fazer lá um grande festival aqui dentro da minha cabeça..." (Daniella, 21 anos).

Por outro lado, outros/as participantes não demonstraram tanto entusiasmo em relação a este tipo de procedimentos, mesmo sentindo algum desconforto corporal. Neste caso, os/as jovens revelaram as suas ponderações, questionando se realizar esta cirurgia seria, de facto, benéfico para si:

Não sei até que ponto isso [cirurgia de redesignação sexual] seria mais problemático do que positivo, ainda estou a ponderar bastante (...). Porque tu esperas que aquelas cirurgias todas te tragam uma coisa que não vai ser igual a um homem cis e eu não sei até que ponto o resultado possa ser mais disfórico do que simplesmente aceites que não vai ser igual (...). Acho que também... São... Para além de ser bastante dispendioso economicamente e de demorar algum tempo ainda, todo o desgaste psicológico daquilo... Não sei se vai ter um efeito benéfico na saúde mental. (Luís, 23 anos).

De modo geral, as expectativas que a maioria dos/as jovens demonstraram em relação às intervenções médico-cirúrgicas desejadas mostraram-se concordantes com os resultados descritos pelos/as poucos/as jovens que já tinham iniciado ou realizado alguns destes, em particular a terapia hormonal e mastectomia. Estes/as destacaram o início de um período de maior autoconfiança e de reconhecimento social por parte dos/as/es outros/as/es, tendo, por isso, sido assinalado em várias linhas de vida, como é exemplo a de António (figura 4):

Figura 4
Linha de Vida de António.

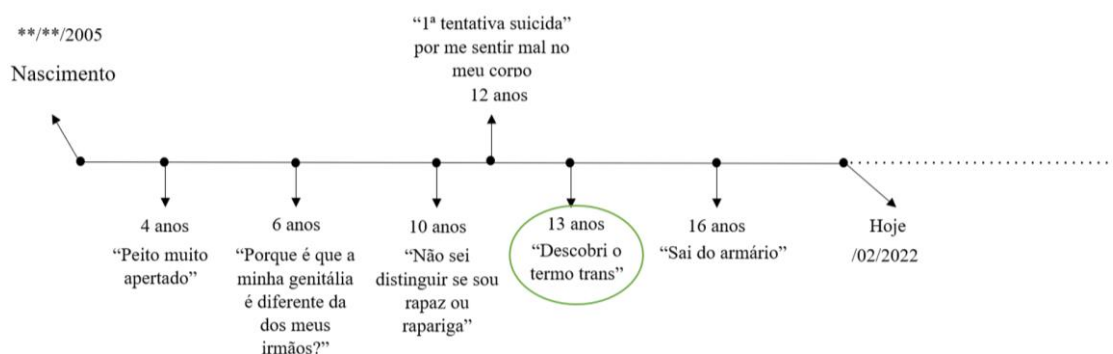


Assim, as intervenções médico-cirúrgicas demarcaram-se como um ponto importante nas trajetórias de desenvolvimento das identidades de género destes/as jovens, tanto para os/as que já as tinham iniciado, como para os/as que ainda não o tinham feito.

“É O Que Sempre Fui Mas Nunca Percebi”

Este tema diz respeito à descoberta das identidades trans, que se constituiu como um passo importante na trajetória dos/as jovens entrevistados/as, uma vez que contribuiu para compreensão e atribuição de significados às suas vivências. Para alguns/algumas, esta descoberta foi espontânea, enquanto para outros/as foi resultado de uma pesquisa ativa. Embora não tenha ocorrido nos mesmos momentos para todos/as os/as participantes, estes/as demonstraram alguma curiosidade, ao descobrir o termo trans, como ilustrado na passagem de Teresa (17 anos): “(...) Quando eu tinha 16 anos, eu procurei na *internet* porque ouvi, tipo, falar do termo ‘trans’. E eu pensei ‘mas o que é trans? Nunca ouvi falar nesse termo’. Hum... E procurei na *internet* o que era trans, transgénero, transsexualidade...”. Após esta pesquisa, a mesma participante, à semelhança de todos/as os/as outros/as, referiu a associação que fez entre as suas vivências e as informações e relatos encontrados: “Se calhar essa sou mesmo eu, se calhar é isso que eu sou, se calhar é o que sempre fui mas nunca percebi porque eu não sabia o que é que era”. Esta descoberta, que possibilitou a atribuição de significados às experiências pessoais, mostrou-se um processo relevante nas trajetórias dos/as participantes, encontrando-se representada na linha de vida de Tiago (16 anos) (figura 5):

Figura 5
Linha de Vida de Tiago.



Embora a pesquisa sobre identidades trans se tenha iniciado na *internet*, alguns/algumas procuraram informar-se melhor junto de profissionais de saúde ou outras pessoas trans. Alguns/algumas jovens relataram que não foi difícil descobrir e compreender este termo, uma vez que já pertenciam ou simpatizavam com a população LGBTI+, como é o caso de Adélia (16 anos): “Eu também já tinha algum conhecimento da comunidade, por isso, não foi muito difícil associar as ideias.” Apesar disto, outros/as destacaram como limitação à compreensão das suas identidades a falta de informação sobre identidades trans, seja pela não inclusão deste tema nos currículos escolares, seja pelo ambiente pequeno e/ou conservador onde viviam: “(...) Eu sou de uma aldeia muito pequena, em que não há informação. Tal como de certeza que muita gente trans passa por isso, só não descobrem mais cedo porque não há informação.” (António, 21 anos).

Ao terem acesso a esta informação, que se mostrou crucial, os/as jovens puderam compreender as suas vivências e começar a pensar em si próprios/as e a autoidentificar-se como trans. Ainda que muitos/as tenham passado por um período de resistência em assumirem-se como tal para si mesmos/as, o processo de autoidentificação foi perspectivado como um ponto importante para uma vivência mais autêntica. A sua importância foi ilustrada pelo excerto de António (21 anos): “Assumi-me a mim mesmo... Porque isso acho que também é uma parte muito importante da vida das pessoas trans. É o nós aceitarmo-nos como somos.”

Neste processo de atribuição de significado e pesquisa sobre a população trans, vários/as participantes relataram ter percebido que o desconforto corporal era um sentimento comum a muitas pessoas trans. Assim, ao atribuir sentido à sua vivência de género, puderam também atribuir ao seu desconforto corporal, que, para estes/as participantes, desempenhou um papel fundamental. Foi através deste processo que

tiveram conhecimento de práticas usadas por pessoas trans para o alívio do desconforto corporal, como a compressão do peito, e de intervenções médico-cirúrgicas. Assim, o presente tema relacionou-se com dois subtemas anteriormente apresentados: “O que é que eu posso fazer em relação a isto?” e “Abrir uma janela para o corpo que sempre quis”.

Apesar da descoberta das identidades trans ter levado à atribuição de significado e a um sentimento de alívio, acarretou também algum receio e resistência no assumir da identidade de género.

“É Melhor Não Ser Eu, Senão Vou Ter Muitos Sarilhos No Meu Caminho”

Este subtema referiu-se ao receio e à resistência associada ao assumir da identidade trans, por parte dos/as jovens. Apesar desta descoberta ter sido vivida com algum alívio, foi também acompanhada por um sentimento de medo e resistência a assumir-se como trans para si próprio/a e para outros/as/es. Este receio deveu-se ao medo de ser alvo de preconceito ou julgamento, uma vez que, ao pesquisar sobre identidades trans, os/as jovens perceberam que esta era uma preocupação presente na vida de pessoas trans. Este medo foi ilustrado pela passagem de Samuel (19 anos), que, na sua pesquisa, confrontou-se com o caso de Gisberta Salce Júnior, uma mulher trans assassinada no Porto, em 2006:

Acho que o primeiro contacto assim de um caso com uma pessoa trans que eu tive foi quando eu estive a pesquisar *online*... E a primeira notícia assim que eu vi foi daquele caso no Porto, da Gisberta, que foi morta... Pronto, esse foi assim o primeiro contacto que eu tive, foi logo, tipo, um bocado... Grave para a minha saúde mental, porque, prontos, foi mais assim a ideia de que não corre muito bem...

Além disso, vários/as participantes recordaram ter ouvido falar do termo trans, transsexual ou travesti de forma negativa ou como alvo de anedotas, que se constituem como microagressões, o que os/as levou a acreditar que estas identidades seriam conotadas de forma negativa:

Eu já ouvia a palavra travesti, só que... Eu, tipo, pensava que era uma coisa má. Então... É por isso que também só internalizei isto tudo para dentro e para dentro e para dentro para anos, porque eu ouvia coisas, da minha família, tipo, “ah, painelero” ou “travesti” e isto e aquilo, então, eu fiquei tipo... É melhor não ser eu, senão vou ter muito sarilhos no meu caminho. (Min, 18 anos).

Por este motivo e pelo receio de possíveis reações negativas, alguns/algumas sentiram resistência em assumir-se como trans para si próprios/as e para outros/as/es.

Adicionalmente, esta resistência poderá ter-se dado também ao estigma internalizado que alguns/algumas participantes demonstraram nesta fase inicial:

Acho que também se prende muito com a minha questão social, de ter crescido num ambiente muito católico, muito fechado e os meus pais sempre me dizerem que pessoas trans são igual a coisas más. E pensei, tipo, “ok, não posso ser assim, não posso, não posso, não posso, isto não é verdade” (Tiago, 16 anos).

Mesmo que todos/as os/as jovens tivessem já revelado as suas identidades de género a algumas pessoas aquando o momento da entrevista, este receio permanecia, pelo que alguns/algumas preferiram não o fazer junto de certas pessoas, incluindo pares LGBTI+:

Não é gostar de dizer que sou trans, mas só digo isso quando, por exemplo, estou com... Ou falo de coisas, de pessoas trans, quando estou com outras pessoas trans ou apenas com pessoas que eu tenho muita intimidade, porque... Eu, por muito que goste de ser trans, eu gostava de, pronto, ter nascido um rapaz, e eu, às vezes, sinto que, como há pessoas transfóbicas, por exemplo, LGBT... Não, LGB, tirando o TQ+, que são transfóbicas, souberem quem eu realmente sou, podem-me tratar de maneira diferente, podem-me tratar mal. (...). Na *internet* já [tive], por exemplo, comentários sobre... Transfóbicos sobre mim, por exemplo, vindo de pessoas LGBT mas tirando o T, neste caso, e é por isso que eu às vezes escondo mais esse facto sobre mim, de ser trans. Só para minha própria segurança. (João, 17 anos).

Assim, a descoberta de identidades trans levou também à perceção de riscos com que esta população lida diariamente, levado a um maior estado de vigilância, podendo chegar a hipervigilância, como demonstrado no excerto de João, que, de modo a proteger-se de possíveis ameaças, optava por não revelar a sua identidade de género em determinados contextos.

“Eu Não Aguento Mais, Eu Preciso De Lhes Dizer”

Este tema diz respeito ao processo de revelação da identidade de género. A maioria dos/as jovens começou por revelar a sua identidade de género junto de amigos/as/es, por sentirem confiança nestes/as e por terem a expectativa de receber apoio por parte deles/as, o que aconteceu, segundo os seus relatos. Contudo, denotou-se uma importância acrescida em relação à revelação para com os pais e/ou mães. Esta importância pode dever-se ao facto de que, enquanto os/as jovens tinham expectativa de que os/as/es amigos/as/es reagissem de forma positiva à revelação das suas identidades de género, estavam mais incertos/as em relação às reações dos pais e/ou mães. Além disso, tendo em conta que este processo se deu durante a adolescência, os/as participantes

encontravam-se também dependentes destas figuras, pelo que, caso se deparassem com reações negativas, ficariam sujeitos/as a vários riscos. Desta forma, a revelação para com os pais e/ou mães, demarcou-se como importante por toda a antecipação que envolveu. Assim, após um período de exploração das suas identidades, os/as jovens fizeram esta revelação quando se sentiram seguros/as da mesmas, como referiu Adélia (16 anos): “(...) Eu não queria estar a assustar os meus pais logo. Eu queria ver, ao menos dar alguns meses, se realmente era aquilo, se não era.”. Este processo encontrou-se assinalado por alguns/algumas na linha de vida, o que ilustra a sua importância (figura 6):

Figura 6
Linha de Vida de João.



Embora tenham sido relatadas diferentes motivações que levaram os/as jovens a revelar as suas identidades de género, a maioria referiu o desejo de ter uma vivência autêntica e sincera, deixando para trás uma vivência de inautenticidade. Tendo em conta que os/as participantes tiveram, durante a sua vida, períodos onde se viram obrigados/as a inibir as suas expressões e identidades de género, alguns/algumas destes/as consideraram ter levado uma vivência que não correspondia à sua verdadeira identidade. Eventualmente, os/as jovens chegaram a um momento onde estas vivências inautênticas, e consequentes sentimentos de infelicidade, se tornaram insustentáveis, o que levou à urgência em revelar aos pais e/ou mães a verdadeira identidade: “E eu fiquei 3 anos nesta ansiedade, para depois, na noite de Natal pensar ‘ok, eu não aguento mais, eu preciso de lhes dizer, eu preciso de mudar isto e de lhes dizer’” (Tiago, 16 anos). Antes de o fazerem, contudo, os/as jovens recorreram a algumas estratégias, de forma a procurar compreender de que forma a revelação seria recebida pelos pais e/ou mães. Para tal, começaram por fornecer certas pistas sobre as suas identidades, como demonstrado na narrativa de Daniella (20 anos):

(...) Comecei a apalpar terreno, perguntava-lhe [à mãe] se alguém na família fosse [trans], como é que ia ser a reação dela. Hum... Depois, quando na altura estava a escolher nomes, eu cheguei a perguntar-lhe e foi engraçado. (...). Perguntei-lhe se ela gostava de Rafaella ou Penélope e ela perguntou-me o porquê. (...). Eu questionei qual dos nomes ela gostava, e ela perguntou-me o porquê e eu disse “oh, por nada, é só para saber” (...).

Assim, os/as jovens que foram percecionando possíveis respostas de aceitação, mostraram-se mais confiantes em revelar as suas identidades de género. Além disso, estes/as participantes relataram também melhores reações por parte dos pais e/ou mães, em comparação com os/as que não procuraram fornecer pistas. A experiência de João (17 anos), que revelou a identidade de género ao pai e mãe, depois de ter dado pistas ao pai, ao pedir a sua opinião em relação a nomes masculinos, é ilustrativa desta situação:

Eu sinto que ele já estava a perceber, mais ou menos, quando eu lhe pedi a opinião sobre aquela lista de nomes, mas contar mesmo foi à frente da minha mãe. Portanto, oficialmente, eles souberam os dois ao mesmo tempo. Mas eu acho que o meu pai já estava meio que a perceber onde é que as coisas estavam a ir com aquela lista de nomes.

“Já Começam A Aceitar Mesmo A Sério”

No decorrer da revelação da identidade de género, os/as jovens relataram uma variedade de reações por parte dos pais e/ou mães. Contudo, foi comum a todos/as uma gradual evolução destas, num sentido positivo, sendo sobre este processo que se debruça o presente subtema.

Após revelarem a identidade de género aos pais e/ou mães, alguns/algumas participantes referiram que estes/as os/as apoiaram desde o início, como foi exemplo de João (17 anos), em relação ao pai:

(...) Ele sempre me apoiou (...). Mesmo que fosse difícil, ele ia aprendendo mais e não ia desistindo e mesmo que ele errasse uma vez ou duas, ele pedia desculpa e corrigia (...). Eu não podia pedir por melhor reação ou comportamento.

Ainda que alguns pais e/ou mães tenham aceite a identidade de género desde o início, tal não aconteceu com a grande maioria. De modo geral, os/as jovens relataram que estes/as começaram por reagir de forma negativa. Este tipo de reações foi desde microagressões como o uso de pronomes que não se alinhavam com a identidade de género do/a jovem, como aconteceu com Diogo (26 anos), ou por anedotas sobre a mesma, como mencionado por Adélia (16 anos), até à expulsão de casa, como relatou Tiago (16 anos). Contudo, ao longo do tempo, alguns/algumas jovens denotaram um

período de ambivalência, onde os/as pais e/ou mães começaram a compreender e aceitar a identidade do/a filho/a, apresentando, ainda assim, algumas dificuldades nesta jornada. Embora alguns/algumas considerassem que este se tratava de um momento de adaptação dos pais e/ou mães às verdadeiras identidades dos/as filhos/as, estes/as salientaram os efeitos decorrentes desta situação, como exemplificou João (16 anos):

Não tenho filhos e não sei como é que eu reagiria mas, com a minha experiência, comigo a ser trans, eu pelo menos acho que seria mais compreensivo porque eu próprio também passei por isso e sei o quão difícil é a própria família estar na corda bamba, quanto ao “eu não sei se te aceito ou não, eu não sei se te vou chamar pelas coisas com que tu te sentes mais confortáveis ou não”. Isso é uma coisa que eu acho que nunca faria.

No decurso das suas trajetórias de desenvolvimento de identidade de género, todos/as os/as jovens sublinharam uma evolução positiva na resposta dos pais e/ou mães ao longo do tempo, incluindo os que passaram por experiências fortemente negativas como foi exemplo o Tiago (16 anos), que foi expulso de casa. Assim, os pais e/ou mães foram passando gradualmente de reações negativas para positivas:

(...) A minha mãe não aceitou muito bem (...). Ela não se referia de nenhuma maneira a mim, era “tu”, às vezes escapava uma “ela”, hum... Mas era mais “tu”, ela tentava não usar o “ela” comigo, pelo menos do que eu me lembro e houve um dia em que eu e o meu pai falámos com ela, basicamente a dizer “isto não pode continuar” (...). E mesmo agora, às vezes ainda temos alguns... Alguns desentendimentos sobre algumas coisas relacionadas com género mas, no fim do dia, hum, ela percebe a minha identidade de género e respeita-a, acima de tudo, portanto isso é um grande passo que foi dado por ela e... Eu sinto-me feliz por ela ter evoluído nesse sentido. (João, 17 anos).

Embora em alguns casos, os/as participantes não considerassem que os pais e/ou mães os/as aceitavam plenamente, continuaram a destacar alguma evolução num sentido positivo, mesmo que não se encontrassem no ponto que desejavam:

Já me começam a tratar por Adélia, às vezes. Já vou às compras, já me deixam comprar roupas mais femininas. (...). Agora já começam a aceitar mesmo a sério. A minha mãe já me ajuda a fazer cortes de cabelo. (Adélia, 16 anos).

É de salientar que alguns/algumas pais e/ou mães obtiveram ajuda por parte de associações destinadas a pessoas LGBTI+ e suas famílias. Neste sentido, destacou-se o caso de Teresa (17 anos) e Samuel (19 anos), cuja madrasta, pai e mãe procuraram apoio junto de uma destas associações, de forma a melhor perceber como poderiam auxiliar os/as jovens no seu percurso. Por outro lado, no caso de Adélia (16 anos) e Diogo (26 anos), foram os/as próprios/as que procuraram ajuda para os pais e/ou mães, tanto através

de grupos formais, como por vias informais, de modo a que estes/as pudessem ter auxílio na compreensão e aceitação das identidades de género dos/as filhos/as.

Embora os pais e/ou mães desempenhem um papel fundamental na vida dos/as jovens, destacou-se também a reação de outros/as/es familiares às suas identidades. Por um lado, para alguns/algumas resultou em atrito nas relações, como no caso de Min (18 anos): “Eu tenho um tio que é transfóbico e cada vez que ele ouve a minha família a dizer ‘ele’, ele começa logo a gritar ‘ela! ela!’”. E é uma confusão”. Contudo, desencadeou também o fortalecimento de outras relações, como aconteceu com Luís (23 anos): “Posso dizer-te que a minha irmã nunca aceitou a minha relação, que eu tenho agora, e quando eu lhe contei que era trans e que ia começar testosterona, ela aproximou-se bastante e mudou completamente o *mindset*.” Ainda no contexto familiar, denotou-se que, em quase todas as narrativas, existiu um/a/e familiar que serviu como fonte de apoio, especialmente quando não era encontrado qualquer outro tipo de aceitação neste contexto. Enquanto para alguns/algumas, esta figura fazia parte do núcleo familiar – para Daniella (21 anos) foi a mãe e para João (17 anos), foi o pai –, para outros/as não fazia. No caso de Tiago (16 anos), que enfrentou uma resposta fortemente negativa do pai e mãe face à sua identidade de género, este sentiu-se acolhido e apoiado pela avó e tia:

Eu sentei-me no chão outra vez e comecei a chorar e eu dizia à minha avó “vó, eu não sou uma mulher, eu não sou uma mulher”. Hum... E... Mais tarde, a minha avó foi a primeira pessoa a saber que eu era trans e a minha avó é incrível, a minha avó é *super supportive*.

Após a revelação da identidade de género, e mesmo perante as reações negativas iniciais, os/as jovens referiram, como resultado, um sentimento de alívio e libertação. Este surgiu no seguimento do afastamento de uma vivência inautêntica e na possibilidade de se expressarem da forma desejada, mesmo que se deparassem com alguns obstáculos, como a não aceitação inicial de muitos pais e/ou mães. Neste sentido, destacou-se o testemunho de Tiago (16 anos) que, apesar de não se sentir totalmente apoiado pelo pai e mãe, transpareceu a mesma experiência de alívio:

E eu aos 12 anos achava mesmo que “eu não vou conseguir fazer isto”, porque eu aos 12 anos, estava ciente... Que os meus pais eram quem eram, eu estava ciente do mundo em que vivemos, eu estou ciente do país em que vivemos. E eu estava mesmo “não vale a pena, não vale a pena eu estar a viver uma vida assim, para... Para não obter... Para ter de sofrer para obter uma... Tipo, um grãozinho de felicidade no final”. E eu gostava mesmo de poder voltar ao meu eu de 12 anos e dizer-lhe “não, vai ser tão bom. É tão bom puderes viver a tua... A tua natureza autêntica pela primeira vez, e vale a pena. Parece mesmo que não vale a pena...

Hum... Vivermos essa dor... Para o que parece ser uma migalha distante de felicidade, mas vale tanto a pena.”.

“Percebi Que Tinha Apoio E Que Não Estava Sozinho”

Este tema diz respeito ao apoio percebido pelos/as participantes, que teve várias fontes. Apesar dos obstáculos com que se depararam, todos/as os/as participantes mostraram ter tido acesso a algum tipo de apoio que os/as ajudou a lidar com os mesmos. Esta percepção encontrou-se representada no excerto de Luís (23 anos):

(...) Quando eu tinha 21 anos e disse para mim mesmo que eu era um rapaz trans e que percebi que tinha apoio e que não estava sozinho e que eu não tinha que viver assim, foi aí que as coisas efetivamente mudaram.

Este apoio foi encontrado em várias fontes, que serão descritas nos seguintes subtemas: 1) “Com os meus amigos foi a coisa mais natural de sempre”, que diz respeito ao apoio percebido no contexto de amizades; 2) “Estava um bocado mais à vontade e não senti que era uma obrigação”, que se debruça sobre o apoio psicológico/psiquiátrico recebido; 3) “É um centro de aprendizagem”, que se refere ao apoio recebido em grupos destinados a pessoas LGBTI+.

“Com Os Meus Amigos Foi A Coisa Mais Natural de Sempre”

O presente subtema representou a percepção de apoio dos/as jovens, por parte de amigos/as/es, sendo nestes/as que residiu a maior fonte de apoio. Embora tenham sido relatadas perdas e términos de amizades, a maior parte dos/as participantes sentiu-se aceite pelos/as/es amigos/as/es. Tendo a expectativa de que estes/as seriam apoiantes, os/as jovens começaram por lhes revelar a eles/as as suas identidades de género, antes de o fazerem a outras pessoas, em particular aos pais e/ou mães. É de salientar que, no contexto de amizades, foram destacados/as/es os/as/es amigos/as/es que também se identificavam como LGBTI+, tendo sido estes/as os/as/es que mais ofereceram apoio e aceitação. Este apoio, em particular, foi referido por Tiago (16 anos): “Com os meus amigos foi a coisa mais natural de sempre. Hum... Também ajuda eu estar num grupo de amigos em que somos todos LGBT. Nenhum de nós acho que é cis e hétero”. O mesmo participante salientou também o apoio facilitado pelo namorado, que lhe permitiu ultrapassar algumas inseguranças e quebrar crenças que tinha, sentindo-se afirmado como rapaz. Assim, os/as participantes consideraram que o apoio de amigos/as/es se constituiu

como fonte primária de apoio, pelo que o contexto de amizades foi conotado como seguro para a revelação da identidade de género e para a expressão da mesma.

“Eu Estava Um Bocado Mais À Vontade E Não Senti Que Era Uma Obrigação”

Este subtema remeteu para o apoio de natureza psicológica ou psiquiátrica e a forma como este evoluiu, na ótica dos/as jovens. Tendo vários/as participantes sido recrutados/as através do contexto clínico, estes/as tiveram e continuavam a ter acesso a apoio psicológico/psiquiátrico. Apesar de terem destacado os efeitos positivos, é importante ter em conta o contexto em que a intervenção psicológica/psiquiátrica se iniciou e como este se foi alterando. Para alguns/algumas participantes, o primeiro contacto com este tipo de apoio não partiu de uma vontade própria, mas antes pela vontade de outros/as/es, nomeadamente dos pai e/ou mães. Alguns destes/as jovens consideraram que o objetivo destes/as, ao procurar ajuda psicológica/psiquiátrica, seria suprimir as suas identidades de género e promover uma identidade cis-normativa, pelo que integraram o acompanhamento terapêutico de forma desconfiada. Por este motivo, os/as jovens adotaram uma postura de não cooperação, levando muitos/as a abandonar a intervenção. Apesar deste primeiro contacto, alguns/algumas jovens acabaram por dar uma segunda oportunidade ao apoio psicológico/psiquiátrico, desta vez por iniciativa própria. Foi através do apoio nestes moldes que os/as jovens relataram os efeitos positivos. Miguel (16 anos) ilustrou a passagem de um apoio forçado para um apoio consentido e as diferenças entre estes:

Ou seja, eu contei à minha mãe e depois ela quis que eu falasse com um psicólogo mas eu não queria, porque na minha cabeça, ela estava a fazer aquilo para provar que eu estava mal, então não correu muito bem. Mas depois eu vim... Isto foi noutra... Não foi cá no hospital. Depois, vim cá a uma consulta com o meu pediatra e ele sugeriu-me falar com uma psicóloga, falar cá do coiso e foi a Dra. Sofia [psicóloga] e já tinha passado algum tempo desde que foi a outra questão com o outro psicólogo, então eu... Sim, foi por vontade própria porque eu estava um bocado mais à vontade e não senti que era uma obrigação que a minha mãe queria que eu fizesse e sempre, pronto, podia falar disto com alguém.

Também Daniella (21 anos) referiu ter-lhe sido sugerido apoio psicológico, de forma a suspender a sua identidade de género e conformar-se com as expectativas associadas ao género de atribuição. Tendo recusado, procurou, mais tarde, apoio psicológico especializado, num centro de apoio à população LGBTI+. Segundo o seu relato, este permitiu um aumento da autoconfiança e bem-estar, assim como um maior conhecimento sobre identidades trans e possíveis passos a seguir:

(...) A Dra. Rosa [psicóloga] ajudou-me a... Ajudou-me que o que os outros pensam de mim não é a minha verdade. Porque eu como na altura... Eu cresci sempre com certos comentários dentro da família e da escola e... Sempre tinha um certo receio do... Do que os outros iam achar de mim. E nessas consultas com o [centro de apoio] percebi que o que eles pensam ou deixam de pensar não é aquilo que eu sou. Eu sou muito mais do que, neste caso, o que tu possas pensar de mim, então, pronto.

Apesar dos efeitos positivos, é importante salientar que mesmos os/as jovens que procuraram apoio psicológico/psiquiátrico por iniciativa própria demonstraram alguma desconfiança, por receio de que o/a/e profissional não tivesse competências para lidar com pessoas trans ou que fizesse juízos de valor sobre elas. Luís (23 anos) descreveu este receio:

Lá está, é quando tu te sentes que és uma pessoa estranha e que aquilo que estás a sentir não está a ser valorizado por ninguém e a única altura em que vês que isso é real é no Youtube e tu só vês pessoas a falar coisas erradas sobre a comunidade LGBT, tens medo, independentemente se a pessoa é um psicólogo ou não, eu tive medo [de iniciar uma intervenção psicológica].

Assim, o apoio psicológico/psiquiátrico demarcou-se como um processo importante na trajetória destes/as jovens. Ainda que tenha surgido alguma desconfiança, associou-se também a efeitos positivos, em casos onde os/as participantes se sentiram seguros/as, sendo que o mesmo não aconteceu no contexto de apoio psicológico imposto pelos/as pais e/ou mães.

“É Um Centro De Aprendizagem”

Este subtema reportou o apoio percecionado, no contexto de grupos formais e informais destinados a pessoas LGBTI+ ou exclusivamente trans. Quanto aos grupos formais, estes caracterizaram-se como uma fonte de apoio importante. Embora nem todos/as tenham recorrido a este tipo de grupos, quem o fez, fê-lo em busca de apoio maioritariamente informativo. Por exemplo, Luís (23 anos) contactou uma associação, de modo a perceber de que forma poderia iniciar o processo de transição. Já Tiago (16 anos) contactou a mesma associação, procurando saber se a autorização requerida para iniciar o mesmo processo poderia ser fornecida por outro/a/e familiar que não o/a/e encarregado/a/e de educação. Apenas uma participante, Daniella (20 anos), procurou e recebeu apoio emocional e psicológico numa associação deste tipo. Também nestes grupos formais, alguns/algumas jovens procuraram apoio para os pais e/ou mães, no sentido de os/as ajudar a compreender e aceitar as suas identidades de género, sendo que,

na maior parte das vezes, os/as jovens referiram não ter recebido o apoio que procuravam. Por outro lado, quando foram os/as próprios/as pais e/ou mães a procurar este recurso, encontraram o apoio necessário, o que, segundo os/as participantes, foi uma mais-valia na sua trajetória, uma vez que sentiram mais aceitação por parte deles/as.

Quanto aos grupos informais, estes mostraram-se como uma das fontes de apoio mais impactantes. Nestes grupos, situados no contexto *online*, os/as participantes encontraram sobretudo apoio informativo e emocional, realçando também um sentimento de pertença em relação a outros/as/es membros do grupo. O excerto de Tiago (16 anos) resumiu a natureza deste tipo de grupos:

Eu neste momento estou num grupo do WhatsApp com rapazes trans de Portugal todo, e estamos todos em níveis diferentes. Hum... Um amigo meu, há pouco tempo, saiu do hospital porque fez a mastectomia e ele esteve a explicar-nos, tipo, “olhem, isto funciona melhor em casa, bebam sumo de laranja, para vos ajudar”, não sei, coisas assim mezinhas mas que são tão próprias nossas, que são tão reconfortantes de saber. Hum... De cirurgias a o que fazer, tipo, se alguém te dá *misgender* em público ou... Como fazer um... Quando o teu *binder* está largo, o que fazer. E é reconfortante ter esse grupo. Não digo que seja uma família, porque não estamos emocionalmente tão ligados para isso, mas é uma escola. É um centro de aprendizagem bastante aberto e bom, em geral.

O mundo virtual caracterizou-se também como um meio de exploração e expressão da identidade, onde os/as jovens se poderiam apresentar da forma desejada:

14 anos... Devia estar para aí no 9º ano e, prontos, eu jogava muito *online* e fiz amigos *online* e às tantas, hum... Eu... Prontos... Comecei a usar o nome Samuel, *online* e, às tantas, prontos, tanto que é o nome que eu tenho agora, e depois eles foram-me sempre conhecendo, hum, por pronomes masculinos, como um rapaz (Samuel, 19 anos).

Desta forma, o contexto *online* mostrou-se como um espaço de afirmação, que colmatava as lacunas sentidas, principalmente a nível de acesso a informação pertinente, validação das identidades e contacto com outras pessoas trans. Tiago (16 anos) demonstrou esta colmatação e a utilidade deste contexto: “Encontrei na *net* o apoio e o suporte e o conhecimento que eu não tinha e que precisava.”. Tendo em conta a falta deste tipo de recursos no quotidiano, que levou estes/as jovens trans a recorrer ao contexto *online*, um dos participantes, Samuel (19 anos), desenvolveu, em conjunto com amigos/as/es LGBTI+ que conheceu *online*, um grupo destinado a esta população, de forma a criar um espaço de apoio para todo/as/es os/as/es que necessitavam. Assim, verificou-se que os grupos informais constituíram um meio de exploração e aceitação, agregando um espaço que nem sempre foi encontrado fora do mundo virtual.

“Sinto Que Estou A Viver A Autenticidade Do Meu Ser”

Este tema diz respeito à vivência autêntica da identidade de género, evidenciado por certos/as participantes. Com o contributo de transições, tanto médico-cirúrgicas (e.g., terapia hormonal), como sociais (e.g., mudança de vestuário), a maioria dos/as participantes podia apresentar-se com o género de identificação sem ser denunciado/a por características físicas socialmente associadas ao género atribuído à nascença. Assim, a maioria vivia de acordo com o seu género de identificação, ocultando o facto de ser trans, em particular quando conheciam novas pessoas, como ilustrou Teresa (17 anos): “Eu vejo-me simplesmente como uma gaja, não sinto a necessidade de dizer ‘sou trans’. Digo sempre que sou uma menina. Sou uma gaja normal.” (Teresa, 17 anos). Esta experiência permitiu ainda aos/às participantes uma vivência social gratificante, que se alinhava com a sua identidade de género, ao contrário do vivido até este ponto. De modo a ilustrar este sentimento de vivência autêntica, destacou-se o excerto de Tiago (16 anos):

É como descobrir o mundo pela primeira vez, é como se eu estivesse a refazer a minha vida pela primeira vez mas desta vez não é doloroso, porque todas as minhas primeiras... A maioria das minhas primeiras experiências de vida foram dolorosas. Ir a balneários femininos, ir a casas de banho femininas, ser *misgendered* todos os dias... Era doloroso. E agora sinto que estou a reviver a minha vida de forma boa, de forma natural. Sinto que estou a viver a autenticidade do meu ser, pela primeira vez.

Esta vivência autêntica da identidade de género associou-se a dois fatores que se constituíram como subtemas: 1) “Tenho um cartão de cidadão com finalmente o meu nome, o meu género”, que se caracterizou como uma vivência positiva; 2) “Fiz de tudo e, mesmo assim, levo *deadname*”, que se caracterizou como uma experiência negativa.

“Tenho Um Cartão De Cidadão Com Finalmente O Meu Nome, O Meu Género”

Este subtema espelhou a importância da alteração do nome e marcadores sexuais no cartão de cidadão, no processo de vivência autêntica da identidade de género dos/as participantes. Sendo que apenas um destes/as não tinha adotado um novo nome e continuava a usar o que lhe tinha sido atribuído à nascença, todos/as os/as outros tinham preferência por outro nome. Não sendo um tema tão comum aos/às jovens mais novos/as, a alteração do nome no cartão de cidadão foi referida pelos/as mais velhos/as. Este dado pode dever-se ao facto de que, enquanto os/as mais novos/as se encontravam a dar os primeiros passos nas suas trajetórias de construção da identidade de género, priorizaram outro tipo de procedimentos de afirmação de género, como as alterações físicas. Assim,

realizada com entusiasmo e após alguma antecipação, a mudança legal de nome, efetuada apenas por alguns/algumas participantes, foi descrita como um passo importante e como uma oficialização das suas identidades. As seguintes passagens ilustraram a importância e o sentimento de felicidade subjacente a esta alteração:

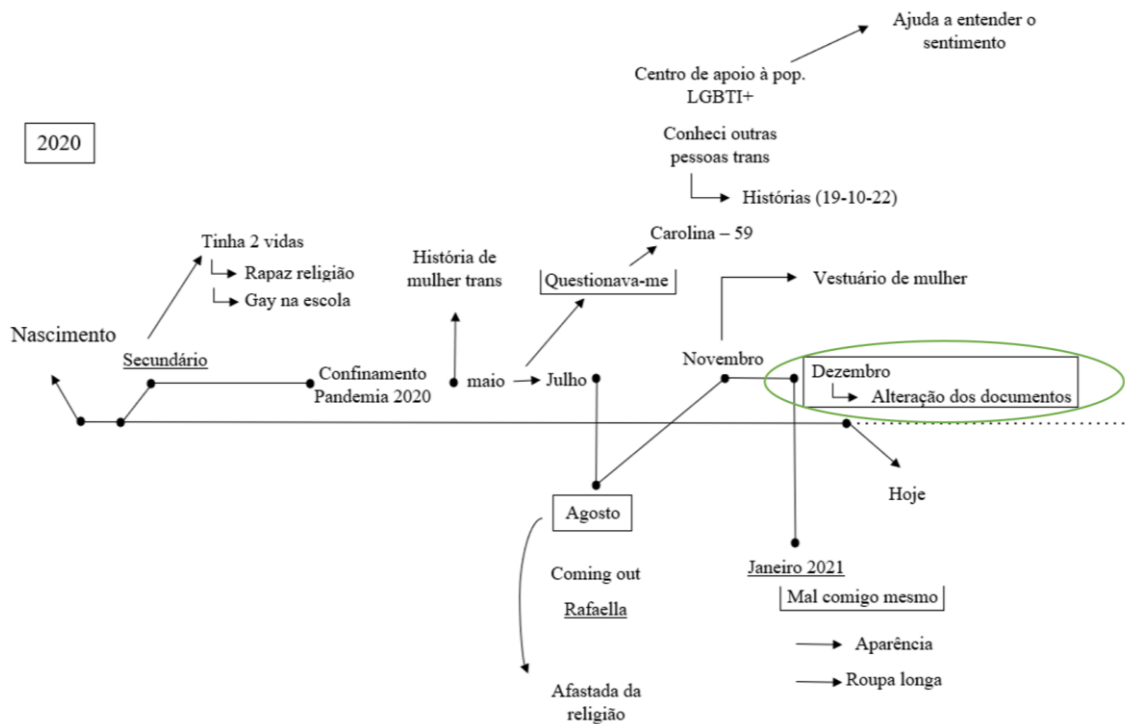
Em dezembro, fiz a alteração dos documentos. Não estás bem a ver a minha euforia... E pronto. Sentia-me no meu auge dos auge em dezembro. Finalmente eu tinha o meu cartão de cidadão a dizer género feminino, com o nome Daniella. (Daniella, 20 anos).

(...) Eu consegui mudar o meu cartão de cidadão, o nome e, neste caso o sexo, porque diz lá sexo, não diz género. Portanto, eu consegui mudar, tenho um cartão de cidadão com finalmente o meu nome, o meu género. Hum... E isso pode ser apenas um cartão mas é como se fosse a primeira de muitas conquistas nesta transição que apenas me deixou muito feliz sequer ser... Conseguir tão cedo essa grande conquista para mim. (João, 17 anos).

Além disso, a importância deste processo foi também representada em várias linhas de vida, de onde se destaca a de Daniella (21 anos) (figura 7):

Figura 7

Excerto da Linha de Vida de Daniella.



“Fiz De Tudo E, Mesmo Assim, Levo Deadname.”

Este subtema referiu-se às experiências de *misgender* reportadas pelos/as participantes e o impacto que estas tiveram sobre os/as mesmos/as. Por se apresentarem, na sua maioria, de acordo com o género de identificação, alguns/algumas jovens destacaram o desconforto, tristeza e frustração quando confrontados/as com a experiência de *misgender*. Este *misgender*, que é considerado um tipo de microagressão, partia tanto de pessoas conhecidas como de desconhecidas ou até serviços de saúde. Perante este tipo de experiência, Samuel (19 anos) referiu que costumava corrigir as pessoas:

Eu, prontos, ao início ficava extremamente mal e não costumava fazer nada mas depois de várias sessões com o meu psicólogo, ele convenceu-me que as pessoas, algumas pessoas, não vão aprender se eu não as corrigir, então, depois, eu fiz algo que se tornou, às tantas, se tornou automático. Sempre que alguém me dá *misgender*, eu corrijo.

Contudo, um outro participante (João, 17 anos) referiu ter vontade de corrigir mas não o fazer por não se sentir confortável: “Tenho demasiada vergonha de corrigi-las. É uma coisa que eu ainda preciso de praticar e treinar e... E de fazer com que as pessoas não se enganem porque isso deixa-me mesmo triste.”

É ainda de salientar que jovens que assumiram a sua identidade e levaram a cabo processos de transição social e/ou médico-cirúrgicos, vivendo, agora, a sua identidade de forma mais autêntica, pareceram ser mais reativos/as e reportar um mal-estar mais intenso em situações de *misgender*, quando comparados/as com os/as participantes que ainda não o tinham feito. Por um lado, Samuel (19 anos), que se apresentava como rapaz em todos os contextos, referiu:

Estávamos a andar, de repente ela passou por mim... Eu, que não costumo cumprimentar assim ninguém disse “olá”, ela disse “olá *deadname*” e eu apenas parei... Estava a andar, parei e fiquei assim um bocado em choque, tipo, esta senhora já sabe há dois anos e tal, tipo, não havia nada que eu pudesse fazer. Eu já, já uso roupas largas todos os dias, já, já tenho o cabelo curto, literalmente fiz de tudo e, mesmo assim, levo *deadname*.

Por outro lado, Adélia (16 anos), que não se apresentava como rapariga em todos os seus contextos, referiu: “É aquela coisa, já mesmo agora comentários, já não ligo muito. Por isso, é aquela coisa... Eu preferia [ser tratada pelo nome que escolheu], obviamente, mas são pessoas que não gostam de mim, também...”.

Assim, a experiência de *misgender* caracterizou-se como uma vivência impactante, em particular para os/as jovens que se apresentavam de forma mais explicitamente concordante com o género de identificação.

“O Pior Seria As Pessoas da Minha Turma. O Melhor É Que Não São Todas Assim”

Este tema deu conta da ambivalência relativa às vivências escolares reportadas pelos/as participantes. Por um lado, existiram relatos de preconceito, perpetrado tanto por colegas, como por docentes. Por outro, foram também identificadas vivências de apoio e aceitação, facultadas pelos mesmos agentes. Esta dualidade, que alguns/algumas jovens viveram ou viviam foi representada pela passagem de Miguel (16 anos):

O pior seria as pessoas da minha turma. O melhor é que não são todas assim e que algumas pessoas do meu grupo de amigos, se eu falasse melhor disto com eles, porque, pronto, ainda não fiz porque tenho medo um bocado que se espalhe na minha turma, acho que seriam... Acho que aceitariam.

Quanto às experiências negativas, no contexto escolar, a maior parte dos/as participantes relatou ter sido alvo de preconceito, principalmente por parte de colegas, que os/as chamavam nomes ou agrediam fisicamente:

Eu sofri *bullying* a maior parte dos meus anos até ao 7.º ano, portanto do 1.º até ao 7.º ano mas o do 7.º ano foi mesmo o mais intenso. Hum... Eram duas raparigas da minha turma e todos os dias, elas chamavam-me nomes, diziam que eu era feio, diziam que ninguém ia dar por minha falta se eu apenas desaparecesse um dia e chegaram mesmo a dizer para acabar com a minha vida (...). (João, 17 anos).

A maioria dos insultos proferidos por colegas pareceram referir-se à diferença percecionada em relação aos/às outros/as jovens, contudo, esta, em vez de ser atribuída de forma direta e explícita à identidade de género, incidia sobre a possível orientação sexual. Teresa (17 anos) referiu que, ao mudar de escola por não se sentir aceite na anterior, continuava a ser alvo deste tipo de comentários: “Era tudo sempre igual... Paneleiro, maricas... Estes comentários eram sempre constantes. Era uma coisa consistente... E magoavam-me bastante. E chegava a casa... E eu chegava a casa e chorava... Bastante... Perguntava-me o porquê? Sempre porquê... Porquê a mim?”. Esta passagem de Teresa evidenciou, além do tipo de comentários proferidos, o impacto que estes tiveram nos/as jovens. Para alguns/algumas, resultou em isolamento ou autoisolamento e também em estados de sofrimento tão intensos que inclusive levaram a indícios de ideação suicida:

“(...) [o preconceito de que era alvo] fez-me duvidar do meu sítio, não, do espaço que eu ocupava na vida das outras pessoas, se era mesmo importante e se devia continuar a existir, neste caso. Também porque houve dois casos de suicídio na minha escola e eu cheguei mesmo a pensar a ser o terceiro porque... Apenas tudo o que estava a acontecer, eu... Eu não tinha muitos amigos e os amigos que eu tinha eram amigos dessas duas raparigas [que lhe faziam *bullying*] e eles

normalmente tomavam sempre... Ficavam sempre do lado das raparigas e não do meu e saíam com elas.”

Embora tenha sido mais comum o preconceito partir de colegas, alguns/algumas participantes relataram episódios onde este foi perpetrado por professores/as. A experiência de Teresa (17 anos) foi ilustrativa de tal:

No ano passado, hum, no 10º ano, portanto, é que havia um professor que, pronto, houve aí uma discussão entre mim e ele e não foi assim tanto nada agradável... (...). Porque eu fui à casa de banho das raparigas... E ele não gostou... E vira-se e diz “tu não podes estar na casa de banho das raparigas, pode deixar as outras raparigas super desconfortáveis, hum, e agora quando nós chegamos lá à escola tu vais levar uma falta disciplinar porque tu não tens de estar na casa de banho das raparigas porque tu és um homem”.

A mesma participante relatou ainda a resistência da escola em alterar o seu nome. Embora ainda não tivesse alterado no cartão de cidadão, teve conhecimento de que seria possível alterá-lo no contexto escolar, através de um requerimento próprio, como relatou João (17 anos), que também o fez. Embora a escola de João não tenha demonstrado qualquer objecção em fazê-lo, a de Teresa (17 anos) mostrou alguma resistência:

Eu pedi à escola para mudar o meu nome porque há uma coisa chamada transição social (...). E eu e os meus pais tratámos disso. Por exemplo, o meu pai e a minha madrastra, nós estivemos a falar com a direção e... Coisas assim. Foi um bocado complicado... Por causa, no início, estavam sempre a dizer “não dá, não dá, não dá” mas depois nós insistimos tanto que eles depois acabaram por mudar.

Perante este tipo de situações e respetivas consequências, vários/as participantes, rapazes e raparigas, referiram ter encontrado acolhimento junto das colegas raparigas. A narrativa de Daniella (20 anos), em particular, foi representativa desta vivência, oferecendo também uma possível explicação do porquê de sentir acolhimento por parte das raparigas, por quem não se sentia julgada, e não pelos rapazes, de quem recebia juízos de valor e comentários pejorativos:

Em concreto, na minha turma de secundário, *by the way*, melhor turma que eu tive, era assim muito mente aberta. Era uma turma basicamente composta por raparigas, então, eu quando entrei na sala e vi isso, quase a turma inteira raparigas... Éramos na altura só 4 rapazes, eu fiquei eufórica porque, tipo, não ia ter basicamente nenhum rapaz a julgar-me e isso... Então, eu podia ser afeminado e estava tudo bem (...).

Assim, foram registadas práticas preconceituosas por parte de pares e docentes, que invalidavam os/as jovens e resultaram em sofrimento significativo. Apesar disso, foram também mencionadas vivências positivas, de apoio e aceitação que partiram

também de colegas e docentes. A experiência de João (17 anos) foi reveladora do apoio que recebeu por parte de colegas e de uma professora. Desejando revelar a sua identidade de género, pediu ajuda à professora, que se dirigiu à turma da seguinte forma:

(...) “Eu quero-vos contar sobre uma pessoa muito corajosa que temos na nossa turma, que é o João” e ficaram todos muito confusos, a pensar “quem é que é o João?” e ela depois começou a contar basicamente que... *Deadname*... Hum... Usa agora pronomes masculinos e que o nome dele é João e... E eles apenas... Não disseram nada, eles... Nunca ninguém me tratou mal por causa disso, os meus colegas foram sempre super... Super ok com isso. Não eram “wow, ok, nós adoramos que tu tenhas saído do armário” (riso) mas eles aplaudiram quando a professora acabou e eu quase chorei nessa parte porque eu pensava que muitos apenas iam ficar indiferentes mas saber que eles quiseram saber ao ponto de mudarem a maneira como eles falavam sobre mim, portanto, não usando o meu *deadname* e os pronomes femininos, hum, isso realmente foi muito importante para mim.

À semelhança de João, que revelou a sua identidade de género a esta professora, outros/as participantes destacaram a confiança que tinham num/a determinado/a docente. Embora esta não tenha sido a realidade para todos/as os/as participantes, alguns/algumas sentiram que certos/as professores/as transmitiram algum tipo de validação e apoio, mesmo que não o fizessem de forma direta. Este foi o exemplo de António (21 anos):

(...) No 12.º ano tive uma professora que apercebeu-se, eu não falei com ela mas ela apercebeu-se, e nunca usava pronomes quando se referia a mim. Ela era uma professora de inglês, chamava-me sempre “*love*”, nunca me tratava pelo outro nome e pronto, foi também um bocado com “ok, uma pessoa adulta, que tem tipo 50 e tal anos, aceita-me, se calhar não é assim tão mau quanto isso”.

Foi ainda destacada a experiência de participantes que passaram pelo ensino superior, e que revelaram, de modo geral, uma vivência positiva e de aceitação, tanto por colegas, como por docentes:

(...) Os professores foram super simpáticos e até quando foi nos exames deixaram-me... Eu ainda não tinha os documentos mudados mas no último exame já tinha e deixaram-me escrever. Como ia ser atualizado, deixaram-me escrever o meu nome e foi muito bom. E mesmo em termos de colegas e assim, 99% aceitou, super na boa. Foi tipo “ok, se és o António, és o António, ponto final”. (António, 21 anos).

Assim, tornou-se evidente a ambivalência entre as vivências escolares. Por um lado, caracterizaram-se como uma fonte de preconceito e sofrimento e, por outro, mostraram-se também como uma fonte de apoio, facultado principalmente por amigos/as/es mas também docentes.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo compreender as trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans. Para tal, foram entrevistados/as onze jovens trans. As entrevistas foram analisadas segundo o método de análise temática (Braun & Clarke, 2006), tendo sido identificados sete temas e onze subtemas. As narrativas dos/as participantes foram também analisadas à luz da teoria de curso de vida (Elder, 1998), dos seus conceitos centrais (trajetórias, transições e pontos de viragem) e dos seus princípios (tempo e local histórico, *timing*, vidas vinculadas, agência humana). Assim, nesta secção, será apresentada esta análise, assim como o confronto entre os dados obtidos e a literatura existente.

Neste estudo foram identificados sete processos importantes associados às trajetórias de desenvolvimento dos/as jovens trans entrevistados/as. Como apresentado no mapa temático, estes foram identificados numa ordem sequencial e, embora possam ser perspetivados como fases, serão referidos como posições, de modo a demarcarem-se dos modelos de estádios. Isto porque enquanto estes modelos se caracterizaram como lineares e progressivos, como observado nos estudos de Devor (2004), Gagné et al. (1997), Lev (2004), Pollock e Eyre (2012) e Pinto e Moleiro (2015), o mesmo não se verificou nas trajetórias aqui identificadas. Embora o presente modelo demonstre um carácter sequencial, a passagem entre posições não decorreu de forma linear e rígida, pelo contrário, verificou-se que os/as jovens poderiam encontrar-se em várias posições de forma concomitante. De modo a ilustrar esta flexibilidade, relembra-se que, embora vários/as jovens tenham alcançado a posição de vivência autêntica e realizado intervenções médico-cirúrgicas, continuaram a reportar o desconforto corporal. A par disso, verificaram-se diferenças pessoais no que toca às vivências em cada posição, na medida em que certas posições eram mais significativas para uns/umas participantes do que para outros/as, o que foi raramente referido pelos modelos de estádios. Por fim, é de salientar que neste estudo, por vezes, o acesso a certas posições encontrava-se limitado, devido a obstáculos com que os/as participantes se deparavam. Por exemplo, por receio de consequências negativas, nem todos/as os/as jovens se apresentavam de acordo com o género de identificação em todos os seus contextos, condicionando a vivência autêntica do género de identificação.

Vários dos temas identificados neste estudo encontraram-se também documentados em estudos prévios, contudo, tendo em conta o tempo e local histórico que constitui o atual contexto português, torna-se pertinente analisar os marcos identificados

pelos/as participantes à luz do mesmo. Atualmente, devido às Leis n.º 7/2011 e n.º 38/2018, os/as/es jovens trans, apesar dos obstáculos com que se possam deparar, têm um acesso facilitado à alteração do nome e marcadores sexuais em documentos legais, a intervenções médico-cirúrgicas e a medidas que visam protegê-los/as/es no ambiente escolar. Devido a estas possibilidades, a população trans reportou uma melhoria na sua qualidade de vida, em particular no bem-estar psicológico, vivências escolares e académicas e na segurança em contextos públicos (Moleiro & Pinto, 2020). Além disso, também as tecnologias de informação disponíveis na atualidade posicionam os/as participantes num momento único, com mais fácil acesso a informações e a outras pessoas trans, facilitando, assim, a tarefa de construção das suas identidades de género (Cannon et al., 2017; Haimson et al., 2021; Moon, 2018).

O primeiro marco reportado pelos/as participantes e presente em todas as linhas de vida, o que enfatiza a sua significância, foi um sentimento de diferença durante a infância e a preferência pela expressão associada ao outro género que não aquele atribuído à nascença. Ambos encontraram-se descritos na literatura que se debruçou sobre as trajetórias de identidades trans (Boskey, 2014; Grossman et al., 2011; Kuper et al., 2018). Apesar de uma crescente abertura social a identidades trans e não conformes, parecem continuar presentes certos valores cis-normativos, que perpetuam a assunção de que determinadas atividades ou peças de roupa se encontram associadas ou se destinam a determinado género (Turban & Ehfrensaf, 2017). Por este motivo, ainda que não o tenham sentido na infância, ao chegar à idade pré pubertária, os/as participantes começaram a sentir as suas preferências como problemáticas, uma vez que era isto que as respostas sociais refletiam. O facto de estas respostas se terem iniciado nesta etapa da vida pode dever-se a um tratamento cada vez mais guiado pelo género percebido e pelo início de uma maior divisão entre rapazes e raparigas, assim como reforço dos estereótipos associados a cada um/a (Steensma et al., 2011). Assim, a preferência por outra expressão de género passou a ser alvo de reações negativas e levou a um sentimento de desconforto. De forma a aliviá-lo, os/as participantes incorreram em tentativas de se conformarem com o género atribuído, adotando uma expressão que, embora não fosse autêntica, correspondia ao que seria socialmente expectável. É de realçar que a pressão para esta conformidade se constitui como uma microagressão (Chang & Chang, 2015), pelo que, como se verificou, muitos/as dos/as participantes foram alvo de estigma mesmo antes de eles/as próprios/as e dos/as/es outros/as/es terem conhecimento das suas identidades trans. Desta forma, tornou-se clara a influência social associada ao sentimento

de diferença inicialmente sentido e à tentativa de conformismo com o género atribuído, remetendo, então, para o princípio de vidas vinculadas.

Em relação ao desconforto corporal, este foi um tema também identificado na literatura, que considerou o corpo como uma das maiores fontes de desconforto em relação ao género de atribuição (Grossman & D'Augelli, 2006; Steensma et al., 2011). Foi igualmente identificado na idade pubertária, aquando do desenvolvimento das características sexuais secundárias (Marques, 2019; Steensma et al., 2011). É de realçar que, da mesma forma que se detetou a perpetuação da noção de que certas atividades se associam a determinado género, o mesmo sucedeu em relação às características corporais. Neste estudo, o peito foi a zona corporal mais referenciada pelos/as participantes, sendo que as do género feminino demonstraram desejo de o ter de forma mais saliente e os do género masculino mostraram desejo de tê-lo liso. Este mal-estar e a eventual aspiração à alteração corporal, revelou a associação dos/as jovens entre peito volumoso e o género feminino, assim como a ausência de peito ao género masculino. Deste modo, denotou-se que o desconforto corporal, embora fortemente associado a aspetos biológicos e características sexuais que iniciam o seu desenvolvimento, não está isento de influências sociais. Mais uma vez, as associações de género e os seus estereótipos, partilhados pela rede de significados sociais, levaram a que os/as participantes se sentissem invalidados/as nas suas identidades de género, por considerarem que as suas características corporais não eram concordantes com as mesmas. De modo a exemplificar, recorda-se o testemunho de João (17 anos), que referiu sentir-se invalidado como homem por menstruar, uma vez que esta característica encontra-se socialmente associada a mulheres.

Perante este desconforto corporal, os/as participantes não se conformaram com este nem com o conseqüente mal-estar. Deste modo, e como relatado em estudos prévios (Kuper et al., 2018; Ehrensaft et al., 2018), tomaram iniciativa de o aliviar e de mobilizar esforços para incorrer em alterações, sociais ou físicas, para que os seus corpos se alinhassem com as suas identidades de género e, em última análise, para que pudessem controlar a sua expressão de género e perceções sociais sobre si. No enquadramento da teoria de curso de vida, este processo tem o nome de “transição”, uma vez que se caracterizou como uma experiência ou conjunto de experiências que levam a mudanças desenvolvimentais que, neste caso, dariam início a um período onde os/as jovens passariam a ter o reconhecimento social que desejavam (Pinto & Moleiro, 2015; Sansfaçon et al., 2020). Entre as possibilidades associadas às transições, que evidenciaram a agência dos/as participantes e o papel ativo que tomaram na construção

das suas próprias narrativas e identidades, destacou-se o desejo pelas intervenções médico-cirúrgicas. Este foi identificado em todas as linhas de vida, seja como um marco alcançado ou a alcançar, sendo também comum a outros estudos (Dickey et al., 2012; Kuper et al., 2018). A literatura sugeriu que este tipo de intervenções tem início no princípio da vida adulta (James et al., 2016), o que é congruente com o relato destes/as jovens, podendo isto dever-se ao contexto médico-legal português, no qual estas intervenções são facultadas apenas a pessoas maior de idade ou menores, com idade superior a 16 anos, com permissão parental. Embora alguns/algumas participantes tenham relatado obstáculos pessoais, como a falta de autorização parental, é de salientar que, do ponto de vista legal, este tipo de intervenções encontra-se mais acessível a jovens trans, colocando-os/as/es numa posição privilegiada, em relação às gerações mais velhas.

Sobre o desconforto corporal e o desejo de realizar estas intervenções, é de salientar que, embora a literatura recente (Merlini, 2019; Roen, 2018) tenha defendido que o modelo de “corpo errado” tem vindo a ser abandonado pelas gerações mais novas, tal não se verificou neste grupo de participantes que, pelo contrário, descreveram o seu corpo como fonte de sofrimento, referindo-se frequentemente ao mesmo usando o termo “disforia”, o que remete para o diagnóstico de disforia de género, presente no DSM-V (APA, 2013). Estes dois fatores podem refletir uma apropriação do modelo médico. Embora se encontrem em curso mudanças sociais que despatologizam cada vez mais as identidades trans, estas narrativas demonstraram a predominância do modelo médico, onde a origem do sofrimento era o desconforto corporal, que seria solucionado através de intervenções médicas. De modo a justificar esta predominância, colocou-se a hipótese de que, embora esteja em desconstrução, o modelo binário continua ainda dominante em Portugal (Marques, 2019), pelo que a associação de certas características corporais a cada género (feminino e masculino) continua a perspetiva vigente.

No seguimento do desconforto corporal, e também pela altura da adolescência, os/as jovens reportaram ter descoberto as identidades trans. Este momento caracterizou-se como um ponto de viragem, por ter resultado numa alteração substancial da trajetória de desenvolvimento da identidade de género, encontrando-se também documentado noutros estudos (Hines, 2007; Kuper et al., 2018; Sansfaçon et al., 2020). Este momento caracterizou-se como ambivalente, uma vez que, por um lado, veio conferir sentido às vivências dos/as jovens e, por outro, veio informá-los/as sobre o estigma de que esta população, onde vieram a perceber que se inseriam, é alvo, como referido por Pinto e Moleiro (2015). Com isto, alguns/algumas participantes demonstraram algum receio em

identificar-se como tal e, quando o fizeram, tiveram em conta possíveis situações de discriminação, o que os/as colocou num estado de maior vigilância, como referido no Modelo de Stress Minoritário de Género (Meyer, 2003; Hendricks & Testa, 2012). Assim, embora por um lado tenha resultado num sentimento de alívio, resultou também em algum medo que os/as levou a estar mais alerta e cientes de possíveis perigos. Este processo relacionou-se com o princípio de *timing*, no sentido em que, ocorrendo na idade adolescente, os/as jovens relataram um impacto direto que os/as motivou, nesta altura, a pesquisar mais sobre estas identidades e a explorar as suas próprias.

Com a descoberta das identidades trans, e a autoidentificação como tal, os/as jovens relataram a revelação da identidade de género como o passo seguinte. Este marco foi também identificado na literatura, com ênfase na revelação no contexto familiar e de amizades (Galupo et al., 2014; Hines, 2007; Riggle et al., 2011; Sansfaçon et al., 2020). À semelhança do que foi encontrado em estudos prévios (James et al., 2016), os/as participantes revelaram as suas identidades de género entre a adolescência e o início da idade adulta. Também em consonância com a literatura, consideraram determinantes as possíveis respostas que poderiam encontrar face à revelação (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018), pelo que incorreram em estratégias que as permitissem antever.

Neste estudo, o sistema familiar, em particular a família nuclear, desempenhou um papel de extrema relevância, encontrando-se representado em várias linhas de vida, quer para os/as participantes menores de idades, que dependiam dos pai e/ou mães, como para os/as maiores de idade que se mostraram mais autónomos/as. A importância da revelação neste contexto pode dever-se à maior incerteza quanto às possíveis respostas, pelo que envolveu um processo complexo de antecipação. Assim, destacaram-se quatro aspetos no âmbito da revelação de identidade de género no contexto familiar: as motivações dos/as jovens, as estratégias encontradas para antever possíveis respostas, as reações dos pais e/ou mães e apoio familiar, e o sentimento de alívio decorrente da revelação.

Quanto às motivações, à semelhança do que já foi previamente identificado, estas prenderam-se principalmente com o desejo e urgência de levar uma vivência mais autêntica (Levitt & Ippolito, 2014). Sendo que muitos/as se viram obrigados/as a reprimir as suas identidades, o que resultou em períodos de sofrimento e frustração, decidiram pôr fim a esta vivência inautêntica, que se tornara insustentável, pelo que a revelação foi vista como condição essencial para uma vivência mais autêntica.

Em relação às estratégias encontradas, não foram identificados estudos que as referissem. Tal pode dever-se ao facto de que a revelação da identidade de género é tida, geralmente, como um processo interpessoal e, embora seja, não deixa de se iniciar numa vertente intrapessoal. Como estudado previamente, este processo envolve um conjunto de ponderações (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; Guittar & Rayburn, 2016), pelo que a procura destas estratégias parece também ser uma delas, carecendo ainda de aprofundamento na literatura.

Sobre a reação dos pais e/ou mães, esta mostrou-se importante para os/as jovens e, à semelhança de outros estudos, foi evoluindo num sentido positivo, passando de repostas predominantemente negativas para positivas (Grossman & D'Augelli, 2006; James et al., 2016; Marques, 2019; Norwood, 2013). É de salientar que mesmo os pais e/ou mães que não estavam ainda numa posição de aceitação plena, encontravam-se também a caminhar nesse sentido. Realça-se que, embora noutros estudos os/as/es jovens trans não tenham relatado a procura de apoio por parte dos pais e/ou mães, neste estudo tal foi identificado. Neste sentido, alguns pais e/ou mães procuraram apoio por iniciativa própria, com o objetivo de melhor se adaptarem às identidades de género dos/as filhos/as e de se informarem de como os/as poderiam ajudar. Tal pode dever-se a uma maior abertura e menos estigmatização em relação à população trans. Assim, neste estudo, os/as jovens mostraram que alguns pais e/ou mães procuraram ter um papel ativo e de apoio em relação às trajetórias de desenvolvimento dos/as filhos.

Ainda no contexto familiar, os/as jovens referiram também ter tido sempre o apoio de um/a/e familiar em concreto, que nem sempre pertencia à estrutura nuclear, o que não foi encontrado na literatura. Sendo que tanto rapazes como raparigas, mais velhos/as ou mais novos/as, reportaram ter este apoio por parte do/a/e familiar, não foi encontrado um padrão subjacente. Assim, de forma a compreender este dado, seria importante estudar as perspetivas dos/as/es familiares, até porque este foi um apoio crucial para os/as jovens, uma vez que lhes possibilitou acolhimento num momento em que este não foi encontrado no resto do seio familiar.

Por fim, em relação ao sentimento de alívio decorrente da revelação, salienta-se que este pode surgir quando são encontradas respostas sociais positivas, em particular em sistemas tão próximos como a família (Kuper et al., 2018; Riggle et al., 2011). Contudo, embora a maior parte dos/as jovens não tenha encontrado este tipo de respostas numa fase inicial, o sentimento de alívio e libertação continuou a ser referido. Tal pode dever-se, por um lado, às reações de apoio encontradas no contexto de amizades. Já que as reações

dos/as/es amigos/as/es, que serão abordadas com mais detalhe à frente, caracterizaram-se, no geral, por apoio e validação, estas poderão ter servido como fatores protetores em relação às reações de invalidação das identidades, por parte dos pais e/ou mães. Além disso, apesar deste tipo de reações, a revelação veio, na verdade, cumprir o seu objetivo, que consistia em deixar para trás uma vivência de inautenticidade e assumir a verdadeira identidade. Ainda assim, e apesar de todos/as terem referido o alívio, aqueles/as que perceberam mais apoio parental, seguiram as suas trajetórias de desenvolvimento de identidade de género com mais confiança, em comparação com os/as que reportaram uma evolução mais lenta da reação dos pais e/ou mães. Assim, denotou-se que a revelação da identidade de género se constituiu como um processo interpessoal, como referido várias vezes na literatura (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; Guittar & Rayburn, 2016) e, por isso, tem subjacente o princípio de vidas vinculadas, uma vez que é experienciado de forma interdependente, com influências sociais expressas pela rede de relações e significados partilhados. Por outro lado, foi também identificada uma vertente mais intrapessoal, marcada por reflexões pessoais, que não se encontrou tão explorada na literatura.

Apesar de todos/as terem divulgado as suas identidades de género aos pais e/ou mães, alguns/algumas jovens alargaram esta divulgação a amigos/as/es, colegas ou até de forma pública. Contudo, nem todos/as o fizeram, sendo que o principal motivo para tal prendeu-se com o receio de serem alvo de estigma e com a decisão de priorizar o seu bem-estar sobre o seu nível de exposição, como identificado na literatura (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2018; James et al., 2016). Esta autoproteção surgiu como resposta à antecipação e expectativa da ocorrência de eventos negativos e estigmatizantes, como referido no Modelo de Stress Minoritário de Género (Hendricks & Testa, 2012; Meyer, 2003) Ainda assim, quem relevou, referiu ter percebido apoio, com origem em várias fontes e contextos: amigos/as/es, grupos informais *online* e psicólogos/as/es e psiquiatras.

Quanto aos/as amigos/as/es, estes/as foram indicados como a fonte principal de apoio, em particular aqueles/as pertencentes à população LGBTI+, o que se encontrou também descrito na literatura (Galupo et al., 2014; Hines, 2007; Riggle et al., 2011). Embora tenham sido relatados términos de amizades, foi no fortalecimento de outras que os/as participantes se focaram, como congruente com a literatura existente (Galupo et al., 2014).

Quanto aos grupos informais destinados a pessoas LGBTI+ ou exclusivamente trans, estes foram dos recursos mais importantes, como se referiu noutros estudos (Doan,

2010; Kichler, 2021). Estes situaram-se em contextos *online* e foram destacados por colmatar as insuficiências do dia-a-dia, que se prendiam principalmente com falta de apoio emocional e informativo e com a falta de validação das identidades de género (Austin et al., 2020; Hines, 2007; Kichler, 2021). Estes espaços serviram como ponte de contacto com outras pessoas trans, o que, por sua vez, potenciou o sentimento de pertença e facultou apoio para possíveis passos a seguir nas suas próprias trajetórias. Além disso, serviram também como espaços de experimentação e expressão autêntica, uma vez que permitiam algum anonimato, como verificado na literatura (Cavalcante, 2016; Marciano, 2014; Shapiro, 2004). Embora a importância de grupos informais se encontre documentada, foram os grupos e associações formais e a sua importância que mais se destacaram na literatura. Contudo, no presente estudo, estes não se revelaram tão significativos. Tal deveu-se a uma resistência relatada pelos/as participantes em recorrer a este tipo de grupos por receio de serem discriminados/as ou alvo de transnormatividade por outros/as/es indivíduos LGBTI+, o que, de acordo com estudos prévios, pode efetivamente acontecer (Hines, 2007; Kuper et al., 2018). Esta diferença identificada entre o presente estudo e outros estudos pode ter tido na sua origem diferenças culturais. Sendo a maior parte destes estudos produzidos nos Estados Unidos, este caracteriza-se como um país no qual a população LGBTI+ se mobilizou e organizou, através dos movimentos sociais, tendo tido oportunidade de formar uma comunidade. Já em Portugal, a luta pelos direitos LGBTI+ iniciou-se mais tardiamente e, sendo o foco inicial as pessoas LGB, as reivindicações pelos direitos trans tiveram o seu início mais tarde ainda. Assim, apesar do contexto histórico atual, colocou-se a hipótese de que a própria população LGBTI+ ainda se está a consolidar como comunidade, ao contrário do que já sucedeu nos Estados Unidos (Cascais, 2009). Neste sentido, parece não haver ainda um sentimento de comunidade em relação à população trans, o que fez com que os espaços LGBTI+ não tenham sido sentidos como espaços de acolhimento e segurança.

Por fim, quanto ao apoio psicológico/psiquiátrico, este apresentou-se como relevante nas experiências dos/as participantes. Não sendo identificado na literatura como constituinte de um marco significativo nas trajetórias de desenvolvimento, a sua presença neste estudo pode dever-se ao facto de muitos/as dos/as participantes terem sido recrutados/as em contextos clínicos, onde eram acompanhados/as por profissionais de saúde mental, pelo que acabaram por abordar nas suas narrativas este tipo de apoio. Não obstante, destacou-se a intervenção psicológica forçada pelos/as/es encarregados/as/es de educação que, segundo a crença dos/as participantes, teria como objetivo a imposição de

uma identidade cis-normativa e a supressão das suas verdadeiras identidades de género. Por este motivo, acabaram por comparecer nas consultas de forma contrariada e pouco colaborativa. Esta crença mostrou a presença de algum receio de estigmatização e patologização, o que é compreensível, tendo em conta que, historicamente, foi essa a realidade de muitas pessoas trans em contexto de serviços de saúde mental (Benson, 2013). Deste modo, tendo em conta o apoio percecionado, realçou-se, mais uma vez, a influência que as pessoas que rodeiam os/as jovens tiveram nas construções das suas identidades de género, remetendo, de novo, para o princípio de vidas vinculadas.

No seguimento do apoio percecionado, os/as jovens relataram o início de uma vivência mais autêntica das suas identidades de género. Neste processo, foram destacadas duas vertentes que não se encontraram descritas na literatura: por um lado, uma experiência conotada como positiva que se prendeu com a alteração do nome nos documentos legais e, por outro lado, outra vertente que se mostrou como um obstáculo por vezes encontrado face à vivência autêntica, o *misgender*.

Quanto à primeira, a mudança do nome nos documentos legais, esta foi sentida como uma oficialização da identidade. Este é um aspeto importante de salientar, uma vez que, devido à Lei n.º 38/2018, este processo tornou-se mais acessível, sem necessidade de apresentar um diagnóstico de disforia de género. Desta forma, os relatos dos/as participantes vieram reforçar a importância desta medida como meio de afirmação do género de identificação, levando também a um maior bem-estar. Além disso, remetendo para o princípio de tempo e local histórico que permite este acesso, este processo demonstrou novamente o princípio da agência humana, que levou os/as participantes a tomar ação, tendo em vista uma vivência mais autêntica.

Apesar desta possibilidade, demarcaram-se também as vivências de *misgender*. Identificadas na literatura como microagressões, também os/as participantes as descreveram como tal, ao relatarem o sentimento de frustração e invalidação que estas causavam (Chang & Chang, 2015). Embora o estudo sobre microagressões para com pessoas trans se encontre conceptualizado, estas vivências particulares de *misgender* e as suas consequências não foram identificadas na literatura. Ainda assim, no presente estudo denotou-se um padrão que poderá servir de base para estudos futuros. Quando comparando os/as jovens mais velhos/as com os/as mais novos/as, verificou-se que os/as primeiros/as se apresentavam de acordo com o género de identificação em mais contextos do que os/as mais novos/as, que estavam ainda em posições iniciais da construção das suas identidades de género. Tendo isto em conta, foram os/as mais velhos/as, que se

demonstraram mais afetados/as pelo *misgender* e, pelo contrário, os/as mais novos/as, que não estavam ainda nesta posição, mostraram-se mais tolerantes e conseguiram encontrar algum tipo de justificação e racionalização para o *misgender*, nomeadamente o facto de nem sempre se apresentarem de forma tão explícita de acordo com a sua autoidentificação. Assim, colocou-se a hipótese de que, quanto mais explicitamente se apresentarem de acordo com o género de identificação, mais impacto poderá ter o *misgender*.

Em relação às vivências escolares, estas revelaram-se ambivalentes. Por um lado, foram referidas experiências negativas, em particular de discriminação, estigma e *bullying*, como identificado também na literatura portuguesa (Gato et al., 2020; Pizmony-Levy et al, 2018; Saleiro, 2017). Foi maioritariamente através destas experiências, neste contexto, que os/as jovens reportaram estados de mal-estar e sofrimento intenso, caracterizando-se, assim, como eventos externos que levaram ao stress minoritário (Hendricks & Testa, 2012; Meyer, 2003). Por outro lado, foram reportadas também vivências positivas, de apoio e aceitação, que não se encontraram tão representadas na literatura. Neste sentido, os/as jovens destacaram o apoio de colegas e docentes, que se caracterizou como fundamental para sentimentos de validação e como fonte de motivação para lidar com comentários pejorativos. Estas vivências positivas devem ser perspectivadas à luz da Lei n.º 38/2018, que propôs a implementação de medidas específicas para o contexto de educação e ensino, tais como medidas de prevenção e de combate contra a discriminação em função da identidade ou expressão de género e condições necessárias para que os/as/es jovens se sintam respeitados/as/es de acordo com as suas identidades de género.

Desta forma, colocou-se a hipótese de que, neste estudo, estas vivências foram identificadas e possibilitadas pelo enquadramento legal e social vigente, em oposição a outros países. Contudo, ainda que estas vivências positivas tenham sido identificadas, as negativas continuaram presentes, pelo que a própria ambivalência que caracterizou as experiências deve ser também refletida. Se por um lado a Lei n.º 38/2018 conferiu uma maior proteção das crianças e adolescentes no contexto escolar, nas narrativas e linhas de vida apresentadas ficou claro que nem sempre esta lei foi devidamente aplicada. Tal foi visível não só na falta de intervenção em situações de *bullying* mas também em situações como a de Teresa (17 anos), que sublinhou a resistência da escola em alterar o seu nome social, dificultando, assim, o exercício do direito à autodeterminação da identidade de género. Além disso, os/as jovens referiram a ausência de currículos inclusivos que se

debruçassem sobre identidade(s) de género e, em particular, trans. Esta ausência foi considerada pelos/as participantes como um contributo para a falta de informação sobre as suas vivências. Adicionalmente, considerou-se que poderia constituir também um obstáculo à integração dos/as jovens no próprio contexto escolar.

Limitações

O presente estudo revelou algumas limitações em relação à amostra e à recolha de dados. Sobre a amostra, denotou-se que esta foi constituída por apenas onze participantes, pelo que limitou uma compreensão mais ampla e diversa das vivências de jovens trans em Portugal. Além disso, destes/as onze participantes, apenas três se identificavam com o género feminino e um com o género não binário. Desta forma, os dados obtidos refletiram maioritariamente as vivências de jovens trans do género masculino, impossibilitando, mais uma vez, o acesso a experiências variadas.

Quanto à recolha de dados, enquanto algumas entrevistas foram realizadas de forma presencial, outras decorreram *online*, através da plataforma Zoom, por escolha dos/as participantes e/ou devido à distância geográfica. Esta diferença constituiu-se como uma limitação, uma vez que resultou em diferentes situações de entrevista, o que pode ter influenciado as partilhas dos/as participantes e a relação estabelecida com os/as mesmos/as. Além disso, as que foram realizadas *online* demonstraram também algumas limitações acrescidas, devido às interrupções decorrentes de falhas de *internet* e pela dificuldade de acesso à comunicação não verbal dos/as jovens, que poderia contribuir também para uma compreensão mais rica das suas vivências e emoções associadas.

Por fim, é de salientar que a maioria dos/as jovens demonstrou alguma resistência em relação ao instrumento de linha de vida, em particular aqueles/as que foram entrevistados/as online, pelo que a sua análise foi também limitada até um certo ponto.

Estudos Futuros

Tendo em conta este estudo, sugerem-se alguns aspetos a ter em conta em investigações futuras. Propõe-se, antes de mais, o estudo das trajetórias de desenvolvimento de jovens trans como recurso a uma amostra maior e com mais diversidade de género, de modo aceder a diferentes subjetividades e obter uma perspetiva mais completa sobre as trajetórias de identidade de género.

Além disso, sugerem-se investigações sobre este tema junto de gerações trans mais velhas, assim como a comparação entre trajetórias de pessoas trans mais velhas e mais jovens, de modo a verificar o impacto das alterações sociais e legais que têm vindo a ocorrer em Portugal. Uma vez que vieram possibilitar um maior acesso a procedimentos importantes para a afirmação de género, tais como a alteração do nome nos documentos legais ou a possibilidade de realizar intervenções médico-cirúrgicas, é possível que as trajetórias das camadas mais jovens reportem diferentes percursos associados ao desenvolvimento de identidade de género, quando comparado com as gerações mais velhas, que se viram privadas das possibilidades disponíveis hoje em dia.

Tendo em conta a evolução positiva das reações dos/as pais e/ou mães, assim como as práticas de apoio consistentes por parte de um/a/e familiar, quando tal não se verificava com a maior parte das famílias, sugere-se também investigações realizadas junto da família de jovens trans, de modo a compreender as suas perspetivas. Ao conhecê-las, poderá chegar-se a uma maior compreensão das necessidades dos pais e/ou mães e a formas de as atender. Além disso, poderá também ser útil perceber de que forma é que o sistema familiar lida e se adapta à identidade de género do/a/e adolescente e se se encontram variações de acordo com os valores sociais adotados por cada cultura, ou seja, se os mesmos resultados aqui encontrados se verificam em países onde o familismo não se encontra tão presente como em Portugal.

Por fim tendo em conta o impacto das vivências de *misgender* e as dinâmicas associadas propõe-se também um estudo que vise a aprofundá-las. Ainda que esta microagressão tenha sido identificada como uma fonte de sofrimento significativo neste grupo de participantes, não foi encontrada literatura que a tivesse como foco, pelo que poderia ser útil explorar estas vivências e compreender o seu significado junto de uma amostra alargada e, assim, perceber de que forma os/as/es jovens podem ser apoiados/as/es perante este tipo de experiência e de que forma se poderia consciencializar as pessoas do efeito desta microagressão.

Conclusão

O presente estudo identificou um modelo de trajetória de desenvolvimento composto por vários processos, que se demarcou pelo seu dinamismo e flexibilidade. Revelou também momentos marcantes nas trajetórias de desenvolvimento de identidade de género e a influência de fatores sociais e culturais, entre os quais o tempo e local histórico. Assim, apesar dos avanços sociais e legais concretizados no contexto português,

existe ainda um caminho a percorrer, de modo a melhor atender as necessidades de jovens trans. Neste sentido, chama-se a atenção para a rede de significados partilhados em relação ao género e à sua expressão, que continua a promover, nas crianças, uma identidade cis-normativa e conforme, levando vários/as/es jovens a sentir a obrigação de fingir uma identidade concordante com estes valores. Além disso, no que toca o desconforto corporal e a sua intensidade, reforça-se a noção de que as intervenções médico-cirúrgicas de afirmação de género caracterizam-se, de facto, como cuidados de saúde, uma vez que permitem uma vivência autêntica e resultam em melhorias no que diz respeito à saúde mental. Neste sentido, destaca-se também a importância da Lei n.º 38/2018, que veio facilitar a alteração do nome no cartão de cidadão e a afirmação de género a nível social, que se mostrou como um processo significativo para os/as jovens. Ainda assim, é de frisar a falta de visibilidade atribuída às identidades trans, em particular no contexto escolar e curricular, o que fez com que os/as jovens demorassem alguns anos a compreender as suas vivências. Neste contexto, salientam-se alguns avanços a nível de aceitação, tanto por parte de docentes como colegas. Contudo, persistem práticas discriminatórias e que limitam a vivência autêntica, o que não se alinha com a Lei n.º 38/2018. Quanto ao apoio percebido, o contexto *online* distinguiu-se como o espaço mais recorrido, o que, apesar de refletir o tempo e local histórico atual, espelhou também a falta de apoio social e comunitário acessível no dia-a-dia. Além disso, realça-se também a importância deste tipo de apoio a familiares, em particular mães e/ou pais, que, não obstante das suas reações iniciais, mostraram-se disponíveis para aceitar e apoiar os/as filhos/as.

Em conclusão, este estudo contribuiu para o conhecimento sobre as trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans no contexto português, assim como para compreensão da importância dos avanços sociais registados e de obstáculos ainda enfrentados. Assim, em resposta à questão de investigação “como se caracterizam as trajetórias de desenvolvimento de identidade de género de jovens trans?”, concluiu-se que estas, fluidas e dinâmicas, contemplaram diferentes processos, transições e pontos de viragem, influenciados por diferentes fatores sociais.

Referências

- Adriansen, H. K. (2012). Timeline interviews: A tool for conducting life history research. *Qualitative Studies*, 3(1), 40–55. <https://doi.org/10.7146/qs.v3i1.6272>
- António, R., Pinto, T., Pereira, C., Farcas, D., & Moleiro, C. (2012). Bullying homofóbico no contexto escolar em Portugal. *PSICOLOGIA*, 26(1), 17–32. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.260>
- APA [American Psychiatric Association]. (1994). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4th ed.). APA.
- APA [American Psychiatric Association]. (2013). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5th ed.). Climepsi.
- APA [American Psychological Association]. (2018). *APA resolution on support for the expansion of mature minors' ability to participate in research*. Retirado de: <https://www.apa.org/about/policy/resolution-minors-research.pdf>
- Austin, A., Craig, S. L., Navega, N., & McInroy, L. B. (2020). It's my safe space: The life-saving role of the internet in the lives of transgender and gender diverse youth. *International Journal of Transgender Health*, 21(1), 33–44. <https://doi.org/10.1080/15532739.2019.1700202>
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469–480. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.55.5.469>
- Barbee, H., & Schrock, D. (2019). Un/gendering social selves: How nonbinary people navigate and experience a binarily gendered world. *Sociological Forum*, 34(3), 572–593. <https://doi.org/10.1111/socf.12517>
- Bayrakdar, S., & King, A. (2021). LGBT discrimination, harassment and violence in Germany, Portugal and the UK: A quantitative comparative approach. *Current Sociology*, 1(21), 001139212110392. <https://doi.org/10.1177/00113921211039271>
- Benson, K. E. (2013). Seeking support: Transgender client experiences with mental health services. *Journal of Feminist Family Therapy*, 25(1), 17–40. <https://doi.org/10.1080/08952833.2013.755081>
- Bockting, W. O. (2009). Transforming the paradigm of transgender health: A field in transition. *Sexual and Relationship Therapy*, 24(2), 103–107. <https://doi.org/10.1080/14681990903037660>

- Boskey, E. R. (2014). Understanding transgender identity development in childhood and adolescence. *American Journal of Sexuality Education*, 9(4), 445–463. <https://doi.org/10.1080/15546128.2014.973131>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brumbaugh-Johnson, S. M., & Hull, K. E. (2018). Coming out as transgender: Navigating the social implications of a transgender identity. *Journal of Homosexuality*, 66(8), 1–30. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1493253>
- Cannon, Y., Speedlin, S., Avera, J., Robertson, D., Ingram, M., & Prado, A. (2017). Transition, Connection, Disconnection, and Social Media: Examining the Digital Lived Experiences of Transgender Individuals. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 11(2), 68–87. <https://doi.org/10.1080/15538605.2017.1310006>
- Carrera-Fernández, M. V., Almeida, A., Cid-Fernández, X. M., Vallejo-Medina, P., & Rodríguez-Castro, Y. (2019). Patrolling the boundaries of gender: Beliefs, attitudes and behaviors toward trans and gender diverse people in portuguese adolescents. *International Journal of Sexual Health*, 32(1), 40–56. <https://doi.org/10.1080/19317611.2019.1701170>
- Cascais, A. F. (2009). Different as only we can be. Portuguese LGBT associations in three movements*. *RCCS Annual Review*. <https://doi.org/10.4000/rccsar.131>
- Cass, V. C. (1979). Homosexual identity formation: A theoretical model. *Journal of Homosexuality*, 4(3), 219–235. https://doi.org/10.1300/j082v04n03_01
- Catalano, D. C. J. (2015). “Trans enough?” The pressures trans men negotiate in higher education. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 2(3), 411–430. <https://doi.org/10.1215/23289252-2926399>
- Cavalcante, A. (2016). “I did it all online:” Transgender identity and the management of everyday life. *Critical Studies in Media Communication*, 33(1), 109–122. <https://doi.org/10.1080/15295036.2015.1129065>
- Chang, T. K., & Chung, Y. B. (2015). Transgender microaggressions: Complexity of the heterogeneity of transgender identities. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 9(3), 217–234. <https://doi.org/10.1080/15538605.2015.1068146>
- Código Penal. (2018, março). Consentimento. *Diário da República*, n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-15. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>

- Cohen-Kettenis, P. T., & Klink, D. (2015). Adolescents with gender dysphoria. *Best Practice & Research Clinical Endocrinology & Metabolism*, 29(3), 485–495. <https://doi.org/10.1016/j.beem.2015.01.004>
- Cohler, B. J., & Hammack, P. L. (2006). The psychological world of the gay teenager: Social change, narrative, and “normality.” *Journal of Youth and Adolescence*, 36(1), 47–59. <https://doi.org/10.1007/s10964-006-9110-1>
- Darwin, H. (2017). Doing gender beyond the binary: A virtual ethnography. *Symbolic Interaction*, 40(3), 317–334. <https://doi.org/10.1002/symb.316>
- Day, J. K., Fish, J. N., Grossman, A. H., & Russell, S. T. (2019). Gay-straight alliances, inclusive policy, and school climate: LGBTQ youths’ experiences of social support and bullying. *Journal of Research on Adolescence*, 30(S2), 418–430. <https://doi.org/10.1111/jora.12487>
- Day, J. K., Perez-Brumer, A., & Russell, S. T. (2018). Safe schools? Transgender youth’s school experiences and perceptions of school climate. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(8), 1731–1742. <https://doi.org/10.1007/s10964-018-0866-x>
- de Vries, K. M. (2012). Intersectional identities and conceptions of the self: The experience of transgender people. *Symbolic Interaction*, 35(1), 49–67. <https://doi.org/10.1002/symb.2>
- Deller, R. A. (2019). Safer spaces. In R. Kinna & U. Gordon (Eds.), *Routledge handbook of radical politics* (pp. 222-239). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315619880>
- Devor, A. (2004). Witnessing and mirroring: A fourteen stage model of transsexual identity formation. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 8(1), 41–67. <https://doi.org/10.1080/19359705.2004.9962366>
- Dhejne, C., Van Vlerken, R., Heylens, G., & Arcelus, J. (2016). Mental health and gender dysphoria: A review of the literature. *International Review of Psychiatry (Abingdon, England)*, 28(1), 44–57. <https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1115753>
- Dickey, L. M., Burnes, T. R., & Singh, A. A. (2012). Sexual identity development of female-to-male transgender Individuals: A grounded theory inquiry. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 6(2), 118–138. <https://doi.org/10.1080/15538605.2012.678184>

- Doan, P. L. (2007). Queers in the American city: Transgendered perceptions of urban space. *Gender, Place & Culture*, 14(1), 57–74. <https://doi.org/10.1080/09663690601122309>
- Doan, P. L. (2010). The tyranny of gendered spaces – reflections from beyond the gender dichotomy. *Gender, Place & Culture*, 17(5), 635–654. <https://doi.org/10.1080/0966369x.2010.503121>
- Ehrensaft, D., Giammattei, S. V., Storck, K., Tishelman, A. C., & Keo-Meier, C. (2018). Prepubertal social gender transitions: What we know; what we can learn—A view from a gender affirmative lens. *International Journal of Transgenderism*, 19(2), 251–268. <https://doi.org/10.1080/15532739.2017.1414649>
- Ekins, R., & King, D. (2008). *The transgender phenomenon*. Sage Pub.
- Elder, G. H. (1998). The life course as developmental theory. *Child Development*, 69(1), 1–12. <https://doi.org/10.2307/1132065>
- Fridell, S. R., Owen-Anderson, A., Johnson, L. L., Bradley, S. J., & Zucker, K. J. (2006). The playmate and play style preferences structured interview: a comparison of children with gender identity disorder and controls. *Archives of Sexual Behavior*, 35(6), 729–737. <https://doi.org/10.1007/s10508-006-9085-8>
- Gagné, P., Tewksbury, R., & McGaughey, D. (1997). Coming out and crossing over. *Gender & Society*, 11(4), 478–508. <https://doi.org/10.1177/089124397011004006>
- Galupo, M. P., Bauerband, L. A., Gonzalez, K. A., Hagen, D. B., Hether, S. D., & Krum, T. E. (2014). Transgender friendship experiences: benefits and barriers of friendships across gender identity and sexual orientation. *Feminism & Psychology*, 24(2), 193–215. <https://doi.org/10.1177/0959353514526218>
- Gato, J., Leal, D., Moleiro, C., Fernandes, T., Nunes, D., Marinho, I., Pizmony-Levy, O., & Freeman, C. (2020). “The worst part was coming back home and feeling like crying”: experiences of lesbian, gay, bisexual and trans students in portuguese schools. *Frontiers in Psychology*, 10. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02936>
- Gausman, J., Othman, A., Otoom, M., Shaheen, A., & Langer, A. (2019). Youth as navigators: A study protocol to incorporate narrative and visual methods into research on adolescent sexual and gender development among syrian and jordanian youth. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 160940691882222. <https://doi.org/10.1177/1609406918822220>

- Gegenfurtner, A., & Gebhardt, M. (2017). Sexuality education including lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) issues in schools. *Educational Research Review*, 22, 215–222. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2017.10.002>
- Giami, A., & Beaubatie, E. (2014). Gender identification and sex reassignment surgery in the trans population: a survey study in France. *Archives of Sexual Behavior*, 43(8), 1491–1501. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0382-3>
- Gramling, L. F., & Carr, R. L. (2004). Lifelines. *Nursing Research*, 53(3), 207–210. <https://doi.org/10.1097/00006199-200405000-00008>
- Green, J. (2004). *Becoming a visible man*. Vanderbilt University Press.
- Greytak, E. A., Kosciw, J. G., & Diaz, E. M. (2009). *Harsh realities: The experiences of transgender youth in our nation's schools*. Gay, Lesbian And Straight Education Network.
- Grossman, A. H., & D'augelli, A. R. (2006). Transgender youth. *Journal of Homosexuality*, 51(1), 111–128. https://doi.org/10.1300/j082v51n01_06
- Grossman, A. H., & D'Augelli, A. R. (2007). Transgender youth and life-threatening behaviors. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 37(5), 527–537. <https://doi.org/10.1521/suli.2007.37.5.527>
- Grossman, A. H., D'augelli, A. R., & Frank, J. A. (2011). Aspects of psychological resilience among transgender youth. *Journal of LGBT Youth*, 8(2), 103–115. <https://doi.org/10.1080/19361653.2011.541347>
- Guittar, N. A., & Rayburn, R. L. (2016). Coming out: The career management of one's sexuality. *Sexuality & Culture*, 20(2), 336–357. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9325-y>
- Gutiérrez-García, A. I., Solano-Ruíz, C., Siles-González, J., & Perpiñá-Galvañ, J. (2021). Life histories and lifelines: A methodological symbiosis for the study of female genital mutilation. *International Journal of Qualitative Methods*, 20. <https://doi.org/10.1177/16094069211040969>
- Haimson, O. L., Dame-Griff, A., Capello, E., & Richter, Z. (2021). Tumblr was a trans technology: The meaning, importance, history, and future of trans technologies. *Feminist Media Studies*, 21(3), 1–17. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1678505>
- Hendricks, M. L., & Testa, R. J. (2012). A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: an adaptation of the Minority

- Stress Model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 43(5), 460–467.
<https://doi.org/10.1037/a0029597>
- Hilário, A. P. (2018). Rethinking trans identities within the medical and psychological community: A path towards the depathologization and self-definition of gender identification in Portugal? *Journal of Gender Studies*, 1–12.
<https://doi.org/10.1080/09589236.2018.1544066>
- Hilário, A. P. (2019). (Re) Making gender in the clinical context: A look at how ideologies shape the medical construction of gender dysphoria in Portugal. *Social Theory & Health*, 17(4), 463–480. <https://doi.org/10.1057/s41285-019-00102-3>
- Hilário, A. P., & Marques, A. C. (2019). Trans youth in Portugal: gendered embodiments. *Culture, Health & Sexuality*, 1–16.
<https://doi.org/10.1080/13691058.2019.1649464>
- Hines, S. (2007). Transgendering care: Practices of care within transgender communities. *Critical Social Policy*, 27(4), 462–486.
<https://doi.org/10.1177/0261018307081808>
- Hines, S., & Santos, A. C. (2017). Trans* policy, politics and research: The UK and Portugal. *Critical Social Policy*, 38(1), 35–56.
<https://doi.org/10.1177/0261018317732880>
- Horowitz, J. L., & Newcomb, M. D. (2002). A multidimensional approach to homosexual identity. *Journal of Homosexuality*, 42(2), 1–19.
https://doi.org/10.1300/j082v42n02_01
- IGLYO [The International LGBTQI Youth & Student Organisation]. (2018). *LGBTQI inclusive education report*. IGLYO. <http://www.iglyo.com/wp-content/uploads/2018/01/LGBTQI-Inclusive-Education-Report-Preview.pdf>
- ILGA Portugal. (2020). *Relatório anual 2019: Discriminação contra pessoas LGBTI+*. Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+. Retirado de: https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf
- James, S. E., Herman, J. L., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. (2016). *The report of the 2015 U.S. transgender survey*. National Center for Transgender Equality. Retirado de: <https://transequality.org/sites/default/files/docs/usts/USTS-Full-Report-Dec17.pdf>

- Johnson, A. H. (2015). Normative accountability: How the medical model influences transgender identities and experiences. *Sociology Compass*, 9(9), 803–813. <https://doi.org/10.1111/soc4.12297>
- Kenneady, D. A., & Oswalt, S. B. (2014). Is Cass’s model of homosexual identity formation relevant to today’s society? *American Journal of Sexuality Education*, 9(2), 229–246. <https://doi.org/10.1080/15546128.2014.900465>
- Kichler, R. (2021). “What has kept me alive”: Transgender communities and support. *Journal of Homosexuality*, 15(1), 1–20. <https://doi.org/10.1080/00918369.2021.1943277>
- Korell, S. C., & Lorah, P. (2007). An overview of affirmative psychotherapy and counseling with transgender clients. In K.J. Bieschke., R. M. Perez, & K. A DeBord (Eds.), *Handbook of counseling and psychotherapy with lesbian, gay, bisexual, and transgender clients* (pp. 271–288). APA.
- Kuper, L. E., Wright, L., & Mustanski, B. (2018). Gender identity development among transgender and gender nonconforming emerging adults: An intersectional approach. *International Journal of Transgenderism*, 19(4), 436–455. <https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1443869>
- Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence: therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. Routledge.
- Levitt, H. M., & Ippolito, M. R. (2014). Being transgender: The experience of transgender identity development. *Journal of Homosexuality*, 61(12), 1727–1758. <https://doi.org/10.1080/00918369.2014.951262>
- Marciano, A. (2014). Living the VirtuReal: Negotiating transgender identity in cyberspace. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19(4), 824–838. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12081>
- Marques, A. C. (2019). Telling stories: Telling transgender coming out stories from the UK and Portugal. *Gender, Place & Culture*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/0966369x.2019.1681943>
- Marques, V. (n.d.). *Guia prático para um português inclusivo*. Retirado de: <http://queerist.tecnico.ulisboa.pt/files/Guia%20Pr%C3%A1tico%20Para%20Um%20Portugu%C3%AAs%20Inclusivo.pdf>
- Marques, J. G., Vieira, F., Gonçalves, M., & Santos, J. C. (2012). Transexualidade: Aspectos psiquiátricos e médico-legais. *Psiquiatria Clínica*, 33(2), 121–130.

- Martin, C. L., Ruble, D. N., & Szkrybalo, J. (2002). Cognitive theories of early gender development. *Psychological Bulletin*, 128(6), 903–933.
- McGuire, J. K., Anderson, C. R., Toomey, R. B., & Russell, S. T. (2010). School climate for transgender youth: a mixed method investigation of student experiences and school responses. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(10), 1175–1188. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9540-7>
- Medico, D., Sansfaçon, A., Zufferey, A., Galantino, G., Bosom, M., & Suerich-Gulick, F. (2020). Pathways to gender affirmation in trans youth: a qualitative and participative study with youth and their parents. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 25(4), 1002–1014. <https://doi.org/10.1177/1359104520938427>
- Merlini, S. (2019). *Género e transgressão: (des)fazendo o masculino e o feminino em Portugal e no Reino Unido* [Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39741/1/ULSD733713_td_Sara_Rodrigues.pdf
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Moleiro, C., & Pinto, N. (2015). Sexual orientation and gender identity: review of concepts, controversies, and their relation to psychopathology classification systems. *Frontiers in Psychology*, 6. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01511>
- Moleiro, C., & Pinto, N. (2020). Legal gender recognition in Portugal: A path to self-determination. *International Journal of Gender, Sexuality and Law*, 1(1). <https://doi.org/10.19164/ijgsl.v1i1.991>
- Moleiro, C., Alarcão, V., & Neves, L. R. (2022). Mapping transgender studies in Portugal: A systematic search and narrative review. *Journal of Gender Studies*, 1–16. <https://doi.org/10.1080/09589236.2022.2092083>
- Moon, I. (2018). “Boying” the boy and “girling” the girl: From affective interpellation to trans-emotionality. *Sexualities*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/1363460717740260>
- Norwood, K. (2013). Meaning matters: framing trans identity in the context of family relationships. *Journal of GLBT Family Studies*, 9(2), 152–178. <https://doi.org/10.1080/1550428x.2013.765262>
- Nuttbrock, L., Hwahng, S., Bockting, W., Rosenblum, A., Mason, M., Macri, M., & Becker, J. (2010). Psychiatric impact of gender-related abuse across the life course

- of male-to-female transgender persons. *Journal of Sex Research*, 47(1), 12–23.
<https://doi.org/10.1080/00224490903062258>
- Olson, J., Forbes, C., & Belzer, M. (2011). Management of the transgender adolescent. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 165(2).
<https://doi.org/10.1001/archpediatrics.2010.275>
- Olson-Kennedy, J., Cohen-Kettenis, P. T., Kreukels, B. P. C., Meyer-Bahlburg, H. F. L., Garofalo, R., Meyer, W., & Rosenthal, S. M. (2016). Research priorities for gender nonconforming/transgender youth. *Current Opinion in Endocrinology & Diabetes and Obesity*, 23(2), 172–179.
<https://doi.org/10.1097/med.0000000000000236>
- Pearce, R., Steinberg, D. L., & Moon, I. (2018). Introduction: The emergence of “trans.” *Sexualities*, 22(1-2), 3–12. <https://doi.org/10.1177/1363460717740261>
- Pinto, N., & Moleiro, C. (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *PSICOLOGIA*, 26(1), 129–151. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.266>
- Pinto, N., & Moleiro, C. (2015). Gender trajectories: transsexual people coming to terms with their gender identities. *Professional Psychology: Research and Practice*, 46(1), 12–20. <https://doi.org/10.1037/a0036487>
- Pizmony-Levy, O., Freeman, C., Moleiro, C., Nunes, D., Gato, J., & Leal, D. (2018). *Estudo nacional sobre o ambiente escolar: jovens LGBTI+*. ILGA Portugal. Retirado de: https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/ILGA_ENAE_2016-2017.pdf
- Pollock, L., & Eyre, S. L. (2012). Growth into manhood: Identity development among female-to-male transgender youth. *Culture, Health & Sexuality*, 14(2), 209–222.
<https://doi.org/10.1080/13691058.2011.636072>
- Riggle, E. D. B., Rostosky, S. S., McCants, L. E., & Pascale-Hague, D. (2011). The positive aspects of a transgender self-identification. *Psychology and Sexuality*, 2(2), 147–158. <https://doi.org/10.1080/19419899.2010.534490>
- Rodrigues, L., Grave, R., de Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2016). Study on homophobic bullying in Portugal using multiple correspondence analysis (MCA). *Revista Latinoamericana de Psicología*, 48(3), 191–200.
<https://doi.org/10.1016/j.rlp.2016.04.001>
- Roen, K. (2018). Rethinking queer failure: Trans youth embodiments of distress. *Sexualities*, 22(1-2), 48–64. <https://doi.org/10.1177/1363460717740257>

- Russell, S. T., & Fish, J. N. (2016). Mental health in lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) youth. *Annual Review of Clinical Psychology, 12*(1), 465–487. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-021815-093153>
- Russell, S. T., Muraco, A., Subramaniam, A., & Laub, C. (2009). Youth empowerment and high school gay-straight alliances. *Journal of Youth and Adolescence, 38*(7), 891–903. <https://doi.org/10.1007/s10964-008-9382-8>
- Saleiro, S. P. (2017). Diversidade de género na infância e na educação: Contributos para uma escola sensível ao (trans)género. *Ex Aequo, 36*, 149–165. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.09>
- Sansfaçon, A., Medico, D., Suerich-Gulick, F., & Temple Newhook, J. (2020). “I knew that I wasn’t cis, I knew that, but I didn’t know exactly”: Gender identity development, expression and affirmation in youth who access gender affirming medical care. *International Journal of Transgender Health, 1*–14. <https://doi.org/10.1080/26895269.2020.1756551>
- Santos, A. C. (2012). The politics of sexuality in Portugal. In S. Hines & Y. Taylor (Eds.), *Sexualities: Past Reflections, Future Directions*. Palgrave Macmillan.
- Sausa, L. A. (2005). Translating research into practice: Trans youth recommendations for improving school systems. *Journal of Gay & Lesbian Issues in Education, 3*(1), 15–28. https://doi.org/10.1300/j367v03n01_04
- Savin-Williams, R. C., & Cohen, K. M. (2015). Developmental trajectories and milestones of lesbian, gay, and bisexual young people. *International Review of Psychiatry, 27*(5), 357–366. <https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1093465>
- Sevelius, J. M. (2012). Gender affirmation: A framework for conceptualizing risk behavior among transgender women of color. *Sex Roles, 68*(11-12), 675–689. <https://doi.org/10.1007/s11199-012-0216-5>
- Shapiro, E. (2004). ‘Trans’ cending barriers. *Journal of Gay & Lesbian Social Services, 16*(3-4), 165–179. https://doi.org/10.1300/j041v16n03_11
- Smith, J. A., McCullough, R., Critchlow, C., & Luke, M. (2017). Proposing an initiative research methodology for LGBTQ+ youth: photo-elicitation and thematic Analysis. *Journal of LGBT Issues in Counseling, 11*(4), 271–284. <https://doi.org/10.1080/15538605.2017.1380557>
- Snapp, S. D., McGuire, J. K., Sinclair, K. O., Gabrion, K., & Russell, S. T. (2015). LGBTQ-inclusive curricula: Why supportive curricula matter. *Sex Education, 15*(6), 580–596. <https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1042573>

- Steensma, T. D., & Cohen-Kettenis, P. T. (2015). More than two developmental pathways in children with gender dysphoria? *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, *54*(2), 147–148. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2014.10.016>
- Steensma, T. D., Biemond, R., de Boer, F., & Cohen-Kettenis, P. T. (2011). Desisting and persisting gender dysphoria after childhood: a qualitative follow-up study. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, *16*(4), 499–516. <https://doi.org/10.1177/1359104510378303>
- Teich, N. M. (2012). *Transgender 1010: a simple guide to a complex issue*. Columbia University Press.
- Temple Newhook, J., Pyne, J., Winters, K., Feder, S., Holmes, C., Tosh, J., Sinnott, M.-L., Jamieson, A., & Pickett, S. (2018). A critical commentary on follow-up studies and “desistance” theories about transgender and gender-nonconforming children. *International Journal of Transgenderism*, *19*(2), 212–224. <https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1456390>
- Tenenbaum, H. R., Hill, D. B., Joseph, N., & Roche, E. (2010). “It’s a boy because he’s painting a picture”: Age differences in children’s conventional and unconventional gender schemas. *British Journal of Psychology*, *101*(1), 137–154. <https://doi.org/10.1348/000712609x433122>
- Turban, J. L., & Ehrensaft, D. (2017). Research Review: Gender identity in youth: treatment paradigms and controversies. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *59*(12), 1228–1243. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12833>
- Van der Vaart, W. (2004). The time-line as a device to enhance recall in standardized research interviews: a split ballot study. *Journal of Official Statistics*, *20*(2), 301–317.
- Zimman, L. (2009). ‘The other kind of coming out’: Transgender people and the coming out narrative genre. *Equinox Publishing*, *3*(1), 53–80. <https://doi.org/10.1558/genl.v3i1.53>
- Zosuls, K. M., Ruble, D. N., Tamis-LeMonda, C. S., Shrout, P. E., Bornstein, M. H., & Greulich, F. K. (2009). The acquisition of gender labels in infancy: Implications for gender-typed play. *Developmental Psychology*, *45*(3), 688–701. <https://doi.org/10.1037/a0014053>

ANEXOS



Comissão de Ética de Investigação
ISPA - Instituto Universitário de Ciências
Psicológicas, Sociais e da Vida
Rua Jardim do Tabaco, 34,
1149-041 Lisboa
Telefone: (351) 218 811 700
Fax: (351) 218 860 954

COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER

Título do projeto: Trajetórias de autoidentificação, divulgação e aceitação da identidade de género de pessoas trans

Investigador responsável: Pedro Costa

Instituição/Curso: ISPA – Instituto Universitário

O protocolo do estudo apresenta objetivos relevantes. Foram descritos adequadamente os métodos e procedimentos a adotar e estes respeitam os direitos humanos e as recomendações constantes nos documentos nacionais e internacionais relativos à ética em investigação.

Assim, o parecer da Comissão de Ética do ISPA-Instituto Universitário é favorável à realização do estudo em epígrafe.

Qualquer alteração futura aos procedimentos descritos do estudo que possam colidir com os critérios éticos de investigação com seres humanos ou animais não humanos constantes nos referidos regulamentos, exigem uma reapresentação do pedido de apreciação a esta Comissão.

Comissão Ética do ISPA – Instituto Universitário

(Assinatura do Presidente da CE)

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2022.



CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo insere-se no projeto de dissertação de mestrado em psicologia clínica, da aluna Marta Conceição, em curso no ISPA – Instituto Universitário, sob a orientação do professor doutor Pedro Alexandre Costa. O objetivo desta investigação é estudar as trajetórias de desenvolvimento de identidades trans. Para tal, pretende-se recolher o testemunho de pessoas trans, com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos.

A tua participação consistirá na realização de uma entrevista presencial ou online de acordo com a tua preferência, com duração prevista de 60 minutos. Serás convidado/a/e a responder a algumas questões demográficas, assim como sobre a tua trajetória de identidade de género, sendo-te pedido que assinales os momentos mais significativos numa atividade de linha de vida.

Esta investigação foi aprovada pela Comissão de Ética do ISPA – Instituto Universitário. Assim, é garantido o anonimato dos/as/es participantes aquando da divulgação dos resultados. Será também assegurada total confidencialidade dos dados, que serão usados apenas para fins académicos, podendo também ser apresentados em conferências ou artigos científicos, prevalecendo sempre o cuidado da privacidade. A tua participação é inteiramente voluntária, sendo possível abandonares o estudo a qualquer momento e até duas semanas após a tua participação, sem qualquer tipo de prejuízo ou consequência. Caso queiras abandonar o estudo, basta informares a equipa de investigação, sem precisares de dar qualquer justificação.

A entrevista será gravada em áudio para possibilitar a sua transcrição e será eliminada logo após este procedimento. Apenas a equipa de investigação terá acesso à gravação e à transcrição da entrevista, que será armazenada numa pasta digital protegida por palavra-passe. Embora citações diretas possam ser utilizadas neste projeto, o teu nome e qualquer informação pessoal serão alterados para garantir o teu anonimato.

A tua participação não tem qualquer risco associado, no entanto, é possível que a entrevista te lembre de experiências difíceis, que podem evocar algumas emoções negativas. Em caso de necessidade, terás ao teu dispor algumas associações de apoio à comunidade LGBTI+, para as quais poderás ser direcionado/a/e.

Agradeço desde já a tua participação, que é determinante para o sucesso da investigação, bem como para o estudo de identidades trans no contexto português, no sentido de contribuir para o avanço do conhecimento científico e ultrapassar algumas lacunas existentes sobre esta temática.

Por fim, caso desejes receber os resultados globais do estudo ou esclarecer qualquer dúvida, poderás fazê-lo através dos e-mails:

- › Mestranda Marta Conceição: 25649@alunos.ispa.pt.
- › Prof. Dr. Pedro Alexandre Costa: pcosta@ispa.pt

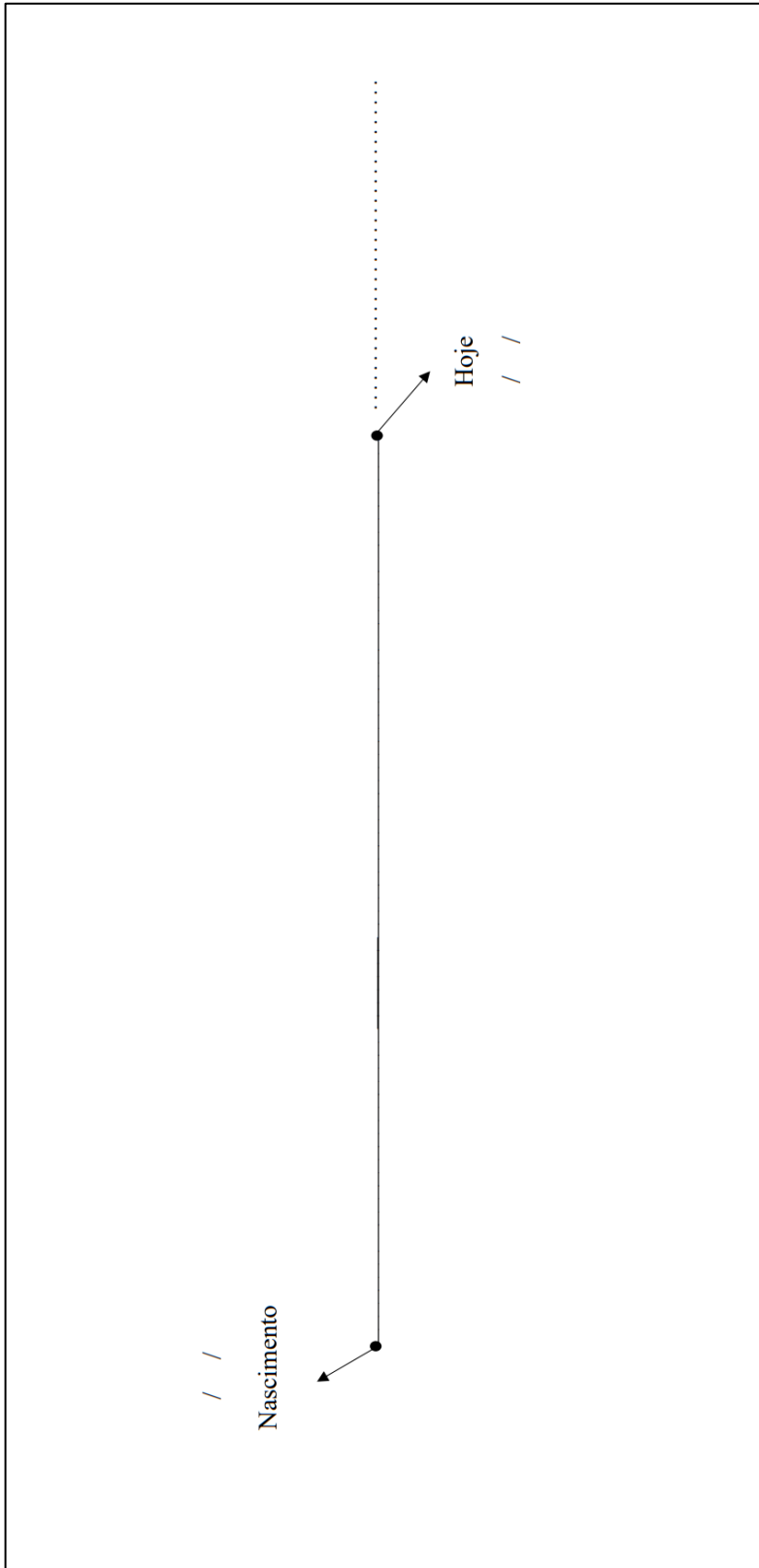
Posto isto, aceitas participar no estudo?

Sim Não

Assinatura: _____ Data: ___/___/___

Assinatura da Investigadora: _____ Data: ___/___/___

Anexo 3: Desenho da linha de vida





CARTA DE ESCLARECIMENTO PÓS-INVESTIGAÇÃO

Obrigada pela tua participação!

Esta investigação pretende estudar as vivências associada à trajetória de desenvolvimento de identidades trans, com recurso a testemunhos de jovens trans com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos.

Embora esta entrevista não esteja associada a riscos significativos, poderá suscitar algumas memórias difíceis que podem levar a algum desconforto. Neste sentido, caso desejes, podes contactar a equipa de investigação, cujos e-mails se encontram abaixo, assim como qualquer uma das seguintes redes de apoio:

- › Serviço de Apoio Psicológico (ILGA): Disponível de 2.^a a 6.^a feira, através de 927247468 ou sap@ilga-portugal.pt.
- › Rede Ex Aequo: 968781841
- › Casa Qui: Disponível de 2.^a a 6.^a, das 10h às 17h, através de 960081111, estando disponível no restante horário através de SMS.
- › Centro Gis, integrado na Associação Plano i: Linha de apoio 24h, através de 966090117

Nota, por fim, que poderás desistir até 2 semanas após a tua participação. No caso de o desejares, ou caso tenhas alguma dúvida, podes contactar a equipa de investigação:

- › Mestranda Marta Conceição: 25649@alunos.ispa.pt.
- › Prof. Dr. Pedro Alexandre Costa: pcosta@ispa.pt

